



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**X Legislatura**

**Número: 135**

**IV Sessão Legislativa**

**Horta, quinta-feira, 14 de abril de 2016**

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos.*

Após a chamada às Sras. e aos Srs. Deputadas/os, a Sra. Presidente da Assembleia deu início à reunião com a apresentação de diversos votos, a saber:

- [Voto de congratulação pelos 40 anos da Constituição da República Portuguesa](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pelo Deputado Francisco Coelho, participaram no debate os Deputados António Marinho (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pela transmissão da RTP-Açores na América do Norte](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a sua leitura pelo Deputado José Andrade, intervieram no debate os Deputados André Bradford (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação a Santa Catarina pela conquista da 5.ª medalha do “Melhor dos melhores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto esteve a cargo da Deputada Paula Bettencourt, tendo participado, de seguida, no debate o Deputado António Pedroso (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pela 25.ª Gala Regional dos Pequenos Cantores na Povoação](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a sua leitura pela Deputada Benilde Oliveira e após a intervenção do Deputado José Andrade (*PSD*), o voto referenciado foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação às Fajãs de São Jorge classificadas pela Unesco como Reserva da Biosfera](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a sua leitura pela Deputada Paula Bettencourt e após a intervenção do Deputado António Pedroso (*PSD*), o voto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de congratulação pela conquista do título de campeão desportivo regional de voleibol pelo Clube Desportivo Escolar das Flores](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pela Deputada Arlinda Nunes, participou no debate o Deputado Bruno Belo (*PSD*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de saudação pelos 42 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a sua leitura pelo Deputado Aníbal Pires, usaram da palavra os Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

O voto em questão foi aprovado.

- [Voto de protesto pela quebra de consenso na defesa dos Açores para a minimização dos impactos económicos e sociais das reduções na Base das Lajes](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pelo Deputado Nuno Meneses, usaram da palavra o Deputado António Marinho (*PSD*), a Deputada Zuraída Soares (*BE*), os Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado.

- [Voto de protesto ao Laboratório Regional de Veterinária](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto esteve a cargo do Deputado Luís Rendeiro, tendo intervindo, seguidamente, no debate a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), os Deputados António Parreira (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*), assim como a Deputada Zuraída Soares (*BE*).

O voto referenciado foi rejeitado.

Entrando na Agenda da reunião, foram discutidos os seguintes pontos:

- [Perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#), apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD.

As perguntas orais foram colocadas pelo Deputado Joaquim Machado, tendo, de seguida, o Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*) procedido às suas respostas.

Para defesa da honra, usou da palavra Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 62/X – “Estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano na Região Autónoma dos Açores”](#).

Apresentado o diploma pelo Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*), participaram no debate os Deputados José Contente (*PS*) e

Aníbal Pires (*PCP*), a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), os Deputados Luís Rendeiro (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

- [Projeto de Resolução n.º 148/X – “Remoção das algas acumuladas no “Porto Velho”, na vila da Madalena do Pico, e realização de estudo que permita identificar as causas e os efeitos dessa acumulação”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Apresentado o diploma pela Deputada Zuraida Soares, usaram da palavra os Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Cláudio Lopes (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Miguel Costa (*PS*), a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), bem como a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

O diploma foi aprovado por unanimidade.

Imediatamente antes de se passar ao ponto seguinte da Agenda, e para interpelações à Mesa, pediram a palavra o Deputado Artur Lima (*CDS-PP*) e a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

- [Projeto de Resolução n.º 134/X – “Modelo alternativo de transporte marítimo de mercadoria nos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a apresentação do diploma pela Deputada Graça Silveira, proferiram intervenções os Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), a Deputada Zuraida Soares (*BE*), bem como os Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e José Ávila (*PS*).

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 22 minutos.*

**Presidente:** [*Corte na gravação*]

Vamos começar pela chamada.

*(Eram 10 horas e 12 minutos.)*

*Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**  
**André Cláudio Gambão Rodrigues**  
**André Jorge Dionísio Bradford**  
**António Gonçalves Toste Parreira**  
**Arlinda Maria Focha Nunes**  
**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**  
**Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira**  
**Berto José Branco Messias**  
**Cecília do Rosário Farias Pavão**  
**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**  
**Duarte Manuel Braga Moreira**  
**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**  
**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**  
**Iasalde Fraga Nunes**  
**José António Vieira da Silva Contente**  
**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**  
**José Manuel Gregório de Ávila**  
**Lizuarte Manuel Machado**  
**Lúcio Manuel da Silva Rodrigues**  
**Manuel Alberto da Silva Pereira**  
**Maria da Graça Oliveira Silva**  
**Marta Cristina Moniz do Couto**

**Miguel** António Moniz **Costa**

**Nuno** Miguel Aguiar de **Meneses**

**Paula Alexandra** Pires Silveiro **Bettencourt**

**Renata** **Correia Botelho**

**Ricardo** Bettencourt **Ramalho**

**Ricardo** Manuel Viveiros **Cabral**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António** Augusto Batista Soares **Marinho**

**António** Oldemiro das Neves **Pedroso**

**Bruno** Filipe de Freitas **Belo**

**Cláudio** Borges **Almeida**

**Cláudio** José Gomes **Lopes**

**João** Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

**Jorge** Alberto da **Costa Pereira**

**Jorge** Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

**José** Maria de Medeiros de **Andrade**

**Luís** Carlos Correia **Garcia**

**Luís** **Maurício** Mendonça Santos

**Luís** Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

**Paulo** Henrique **Parece** Batista

**Paulo** Jorge da Silva **Ribeiro**

**Renato** Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

**Valdemiro** Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

*Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)*

**Ana Carina Alberto Espínola**

Maria da **Graça Silveira**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**Zuraida Maria de Almeida Soares**

*Partido Comunista Português (PCP)*

**Aníbal da Conceição Pires**

*Partido Popular Monárquico (PPM)*

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos começar com a apresentação de votos. O primeiro é de congratulação e refere-se aos 40 anos da Constituição da República Portuguesa. É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

### **Voto de congratulação**

A 2 de abril de 1976 completaram-se os trabalhos da Assembleia Constituinte e completou-se a Constituição da República, cuja vigência se iniciou a 25 de abril seguinte.

Conforme, proclamado no seu Preâmbulo:

“ A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício desses direitos, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do país (...)

Nessa histórica sessão de 2 de Abril de 1976, o Prof. Henrique de Barros, seu Presidente, formulou votos para que a Constituição soubesse “resistir à prova do tempo”.

Essa prova está mais do que feita, como serenamente podemos hoje constatar.

Independentemente das suas revisões, que a aliviaram de alguma ganga mais proclamatória, a Constituição da República durou e está para durar. Como atesta a vitalidade resistente que demonstrou nos últimos quatro anos e a forma, aliás muito recentemente, como permitiu soluções governativas aquando do impasse político que alguns quiseram ver no resultado das últimas eleições legislativas.

Constituição compromissória, a Lei Fundamental consagrou todos os direitos, liberdades e garantias clássicos – e acrescentou-lhes os direitos económicos, sociais e culturais; proclamou os princípios da descentralização e da Autonomia Político-Administrativa dos Açores e da Madeira, reconhecendo e correspondendo às históricas aspirações autonomistas das suas populações, que aliás erigiu em limite material de revisão constitucional; previu a criação de um Serviço Nacional de Saúde; quis e quer construir um Estado Social Democrático de Direito.

Inspirada na Constituição Italiana de 1957, e na lei Fundamental de Bona, de 1949, foi mais longe e foi pioneira, sendo, por exemplo, a primeira constituição do Mundo a proteger a vida privada, do tratamento eletrónico dos dados dos cidadãos.



Texto aberto, democrático e generoso, a Constituição da República acabou por merecer largo consenso, e foi aprovada com os votos de todas as forças políticas, à exceção do CDS.

Porque a Memória é um gostoso dever dos Homens Livres, é no cumprimento desse dever que este Parlamento Autónomo assinala a passagem dos quarenta anos da aprovação da Constituição da República de 1976, que foi e é um marco jurídico, político e civilizacional do nosso País.

Porque, como disse a Deputada Constituinte Sophia de Mello Breyner:

“Não devemos temer os perigos da liberdade. O temor dos inimigos da liberdade e do uso que da liberdade possam fazer não pode levar-nos a destruir à partida a nossa pobre liberdade de inventar, imaginar, participar”.

Por tudo isto, e nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe a esta Câmara a aprovação do presente voto de congratulação pela passagem dos quarenta anos de aprovação e vigência da Constituição da República de 1976, que consolidou a Liberdade, o Progresso, a Democracia e a nossa Autonomia.

Horta, sala das sessões, 14 de abril de 2016

Os Deputados: *Francisco Coelho, Berto Messias, Miguel Costa, José San-Bento, Arlinda Nunes e Francisco César*

**Vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Há questões que devem estar acima da luta político-partidária e entendemos que aqui, naquilo que nos é trazido neste voto de congratulação do Partido Socialista, estamos perante justamente esse tipo de questões, que nos devem unir mais do que nos afastar.

Se outros valores não existissem, aquilo que foi possível a partir do 25 de Abril e da Constituição da República Portuguesa, que dele resultou, dois anos depois, se outros valores não existissem, como, aliás, foram evidenciados pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, como a liberdade e outros, existiria, pelo menos, um que nos é muito caro, que foi o caminho para a autonomia, que se veio a tornar possível e que naturalmente é objeto, da nossa parte, de todos nós, de proclamação, objeto de saudação, objeto de permanente celebração, diariamente, diria eu, não só nesta que é a Casa da Autonomia, mas também por estas nove ilhas que compõem a nossa região.

Naturalmente que nos vamos associar a este voto, bem como a outro, aproveito, desde já, para dizer, que se vai seguir e que tem um teor idêntico. Vamos associar-nos e vamos associar-nos com entusiasmo e vamos votá-lo favoravelmente.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente:

Obviamente que no rigor do que está acertado na Conferência de Líderes, e sendo esta data importantíssima, 40 anos da Constituição, mas no rigor que alguns exigem aos outros, devem também cumpri-lo aqui dentro. E cumprir o rigor é o que está acertado na Conferência de Líderes, são os votos a 25 anos, a

50, a 75, a 100, mas obviamente que se atenta à importância da Constituição da República Portuguesa, pese embora o CDS tenha tido o gosto de votar contra essa Constituição comunista e que votamos contra.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não se abstiveram?

**O Orador:** Não, votamos contra.

E que trouxe, obviamente, não dá garantias de direitos nenhuns, enfim, garantia, por exemplo, do direito à habitação a todos, é claro que isto é uma quimera, garantia do direito ao emprego a todos, é claro que é uma quimera. E, portanto, as quimeras comunistas e socialistas da altura espelharam-se bem nas taxas de desemprego, na fraca habitação que viemos tendo, ao longo dos anos, mas sobretudo eu, da Constituição, que me lembre, acho que a Constituição não previa criar nenhum Serviço Nacional de Saúde, a Constituição previa o direito à saúde, gratuito, universal para todos, mas criar um Serviço Nacional de Saúde parece-me que não está na letra da Constituição, mas deve ser erro meu.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de congratulação pela transmissão da RTP-Açores na América do Norte, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

**Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de congratulação**

#### **Pela transmissão da RTP/Açores na América do Norte**

A RTP/Açores afirma a Região e une os Açorianos entre as nossas Ilhas, dentro do nosso País e com a nossa Diáspora.

O primeiro passo foi dado há 41 anos, a 10 de agosto de 1975, com a inauguração das suas emissões regulares, que só chegariam convenientemente a todas as ilhas já em 1988.

O segundo passo foi dado há um ano, a 8 de maio de 2015, com a integração da emissão regional nos distribuidores nacionais de televisão por cabo.

O passo que faltava está agora finalmente a ser dado, neste primeiro semestre de 2016, com a distribuição internacional da emissão da RTP/Açores para as nossas comunidades da América do Norte.

Tal como a distribuição do sinal no continente português, a chegada da televisão açoriana aos Estados Unidos da América e ao Canadá foi consumada pelo Conselho de Administração da RTP que exerce funções há 15 meses, culmina o esforço desenvolvido por sucessivas direções do Centro Regional dos Açores desde há mais de 10 anos e concretiza um sonho ainda mais antigo da nossa diáspora transatlântica.

Este é um passo de gigante na estratégia de afirmação da RTP/Açores.

O seu fundamento é óbvio. Residem na América do Norte quase dois milhões de portugueses, maioritariamente de naturalidade ou descendência açoriana.

O seu objetivo é nobre. Permite divulgar a nossa atualidade, promover a nossa identidade e reforçar a nossa afetividade com as comunidades de emigração e com as sociedades de acolhimento.

O seu enquadramento é adequado. Um canal próprio emite integralmente os conteúdos da RTP/Açores, alternadamente com a RTP/Madeira e independentemente da RTP3.

O seu desafio é exigente. Como reconhece o próprio Plano da RTP para 2016, a emissão da RTP/Açores junto da diáspora “obriga ao desenvolvimento de uma estratégia de produção de conteúdos que sejam bem recebidos nos dois lados do Atlântico”.

A televisão dos Açores atinge assim a máxima projeção do seu mercado natural. De Santa Maria ao Corvo, do Minho ao Algarve, de Toronto à Califórnia.

Chega agora, finalmente e efetivamente, a todos os açorianos.

Ganha, portanto, uma responsabilidade ainda maior.

Que tenha sempre consciência disso e que tenha sempre condições para isso.

Queremos acreditar que assim será.

Por isso mesmo, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação** pela distribuição das emissões da RTP/Açores nos Estados Unidos da América e no Canadá, do qual deve ser dado conhecimento formal à Direção da RTP/Açores, bem como ao Conselho de Administração, ao Conselho Geral Independente e ao Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal.

Horta, Sala das Sessões, 14 de abril de 2016

Os Deputados Regionais: *António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, José Andrade, Luís Garcia e Bruno Belo*

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(\*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Há uns meses, recordo-me, a propósito de um voto assinalando os 40 anos da RTP/Açores, de termos falado, nesta Casa, daquilo que ainda faltava fazer na RTP/Açores e, de facto, uma das questões que permanecia por resolver era esta, precisamente esta de assegurar a transmissão da RTP/Açores junto das nossas comunidades emigradas, correspondendo a uma velha e justa e legítima aspiração dos açorianos que residem nos Estados Unidos e Canadá e também a um velho desejo, um velho objetivo da própria RTP, que, anteriormente, tentou também, por outras vias, eventualmente, assegurar esse objetivo, o que não foi possível, sendo-o agora.

E, por isso, naturalmente associar-nos-emos a este voto e ao seu teor.

Mas (há sempre um mas!), há dois meses, neste caso. Um deles é que permanece pouco claro o retorno financeiro que este sistema permitirá à RTP/Açores, e ele foi pensado originalmente como uma forma de incrementar a capacidade e a sustentação financeira da própria RTP/Açores e não da RTP de uma forma global. Quer isto dizer que importa saber e garantir que eventuais benefícios financeiros desta operação devem reverter autonomamente e integralmente para a RTP/Açores e não para o orçamento global da RTP, porque só assim poderá fazer sentido este tipo de operação.

O segundo mas é o que ainda não se resolveu, é o que cá está, os problemas que cá estão, não são os que dizem respeito à nossa presença necessária, útil e justa nas comunidades, mas, sim, aqui na região, garantir a autonomia financeira e de gestão da RTP/Açores, garantir os recursos humanos necessários, garantir os

equipamentos necessários. E sobre isso, infelizmente, ainda não podemos fazer um voto de congratulação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma das coisas que mais me custa fazer na política é o autoelogio e a autorreferência, mas eu sei que se não o fizer...

**Deputado André Bradford (PS):** Então não o faça!

**O Orador:** ... ninguém o fará por mim.

**Deputado José Ávila (PS):** Pode ter a certeza!

**O Orador:** E, portanto, eu quero relembrar a esta Casa que, ao longo destes anos, esta foi uma proposta apresentada pelo PPM e o Sr. Presidente do Governo Regional poderá testemunhar que, no âmbito da posição conjunta do Parlamento sobre esta matéria, este foi um ponto em que insistimos para que figurasse no acordo.

E, portanto, sobre esta matéria, venho aqui reivindicar muitos anos de luta, muitos anos de coerência na defesa desta posição da transmissão da RTP/Açores na América do Norte.

E, portanto, meus senhores, faço este autoelogio, mas eu sei, termino como comecei, que ninguém o faria por mim.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PS: Santa Catarina conquista a 5.<sup>a</sup> medalha do “Melhor dos melhores”. Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Paula Alexandra Bettencourt.

**Deputada Paula Bettencourt (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

#### **Voto de congratulação**

##### **Santa Catarina conquista a 5º Medalha de “O Melhor dos Melhores”**

A empresa Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A, sediada na Calheta, em S. Jorge, conquistou cinco prémios no 5º Concurso Nacional de Conservas de Pescado, realizado em Santarém, a 18 de março, organizado pelo Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas.

Neste concurso, que visa premiar, promover, valorizar e divulgar as conservas de pescado tradicionais portuguesas, genuínas e exclusivamente produzidas em Portugal, a conserveira açoriana ganhou prémios em quatro dos produtos que apresentou. Esta atribuição é feita após a avaliação da prova cega das diversas amostras de várias conserveiras portuguesas.

A Santa Catarina conquistou duas medalhas de ouro, uma com o Filete de Atum com Gengibre e outra com o Filete de Atum com Pimenta dos Açores em frasco de vidro de 250 gramas. Conquistou ainda, duas medalhas de prata, com o Filete de Atum com Molho Cru, já medalhado em edições anteriores, e com o Filete de Atum com 4 Pimentas.

A conserveira jorgense ganhou, pelo quinto ano consecutivo, o Prémio “O Melhor dos Melhores”, com o Filete de Atum em Azeite com Gengibre,



conferindo ao produto da gama de especialidade da Santa Catarina “a conserva de maior excelência”.

De realçar o principal prémio do concurso que confere à conserveira de Santa Catarina o direito a um stand grátis na 53ª Feira Nacional de Agricultura/63ª Feira do Ribatejo, que terá lugar em Santarém, de 2 a 12 de junho.

Recorde-se, a propósito, que esta conserveira, no ano transato, conquistou um galardão internacional, alcançando 2 Estrelas no Great Taste Award, com o Filete de Atum com Sementes de Funcho e com o Filete de Atum em Azeite Biológico em frasco de vidro, espelhando o reconhecimento de produtos de referência e de excelência, certificados pela natureza, com qualidades devidamente reconhecidas no mercado internacional.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 14 de abril de 2016, emita o seguinte voto de congratulação:

**A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela conquista de prémios em quatro dos produtos que Santa Catarina apresentou no 5º Concurso Nacional de Conservas de Pescado, incluindo, pelo quinto ano consecutivo, o Prémio “O Melhor dos Melhores”.**

**Esta congratulação é extensiva a todos os funcionários e administradores pelo trabalho desenvolvido, promovendo a qualidade e a inovação na produção das conservas de atum e que culminou com o reconhecimento da excelência dos produtos conferindo uma honra digna de ser relevada, projetando o nome da Ilha de São Jorge e dos Açores.**

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Indústria Conserveira Santa Catarina, à Assembleia Municipal da Calheta e à Assembleia Municipal de Velas.

Horta, 14 de abril de 2016.

Os Deputados: *Paula Bettencourt, André Rodrigues, Berto Messias, José San-Bento, Miguel Costa, Arlinda Nunes e Francisco César*

**Vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Sr. Deputado António Pedroso, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente associar-nos-emos a este voto e para recordar que, ontem, apresentámos um de igual teor.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação refere-se ao 25.º aniversário da Gala Regional dos Pequenos Cantores, na Povoação, é apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

**Voto de congratulação**

### **25ª Gala Regional dos Pequenos Cantores na Povoação**

Permitam-me que comece por recitar o Hino da Gala dos Pequenos Cantores Caravela d'Ouro:

**“Este é o Festival da criançada  
que é da Povoação  
cantando canções da bicharada  
e outras do coração**

**É o Festival Caravela D'ouro**

**Festa de amizade**

**Onde as crianças são sempre o tesouro**

**De amor e fraternidade”**

No dia 2 de Abril do corrente ano realizou-se a 25ª edição da Gala Regional dos Pequenos Cantores, agora designada por Caravela d'Ouro, que acontece anualmente, na Povoação, desde 1995.

Foram 25 edições de um festival da canção infantil na Povoação, repletos de história, de muita música, alegria e emoção, onde o principal é o que há de mais belo: as crianças. Este é mais antigo festival do género dos Açores.

Apesar de assinalarmos agora a 25ª gala da Caravela d'Ouro, é justo referir que tudo começou em 1984, há 32 anos. A iniciativa partiu de dois povoacenses, Durval Simões Furtado e Fernando Cabral Leite que, já na altura, realizavam eventos ligados à música.

Em 1984, decorre na Povoação um festival da canção sob o nome de “Festival da Canção Povoacense”, tendo participado, naquele ano, adultos e crianças, tendo despoletado no ano seguinte a realização do primeiro festival da canção infantil na povoação.

Assim sendo, em 1985, decorre o “I Festival da Canção Infantil da Povoação”, intitulado “Hortência de Prata”, já com o apoio da Câmara Municipal com o intuito de promover o Concelho.

Em 1986, realiza-se o II Festival da Canção Infantil mas com a designação de Gala Regional dos Pequenos Cantores “Hortência de Prata”. Neste ano, a Gala realiza-se em Água Retorta.

A III Gala Regional dos Pequenos Cantores decorre, em 1987, novamente na Povoação, sendo a última desta altura e com a designação de “Hortência de Prata”.

Mais tarde, e após alguns anos de interrupção, em 1995, o festival da canção infantil da Povoação retoma na sua IV edição e sem interrupção até aos dias de hoje, já com o nome atual de “Gala Regional dos Pequenos Cantores Caravela D’Ouro”.

*(Pausa)*

(Peço desculpa!)

Os vencedores da Caravela d’Ouro têm sido valorosos representantes dos Açores, ao longo dos anos, na Gala Internacional dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz, com particular destaque para o vencedor da edição de 1986 do festival da canção nacional, o Açoriano Paulo Jorge Furtado, que interpretou o tema “O meu Gatinho Farrusco”.

A partir de 1998, constitui-se o Coro Infantil da Câmara Municipal da Povoação que, desde então, tem abrilhantado e embelezado cada canção a concurso.

O mérito das crianças que têm o talento de cantar e a coragem de enfrentar os palcos em tão tenra idade é evidente. Mas também não vamos esquecer todos os autores e compositores, maioritariamente povoacenses, que ao longo destes

anos têm composto canções dignas de tanta excelência, mostrando que a Povoação tem grandes capacidades na área da música.

O festival Caravela d'Ouro tem preservado o seu formato e as suas características, o que leva a manter um elevado nível de qualidade. Arrisco mesmo a dizer que é um dos melhores festivais infantis a nível nacional. O nosso festival é uma referência no que toca à música infantil, o que é um orgulho para todos nós.

Devemos enaltecer esta iniciativa, que é um verdadeiro exemplo aos Povoacenses, para que trabalhem sempre em prol do seu Concelho e dos Açores.

Assim e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, reunida em plenário no dia 14 de abril de 2016, emita o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula a 25<sup>a</sup> edição da Gala dos pequenos Cantores Caravela d'Ouro, e a sua organização, que há décadas se tem afirmado e constituído sucessivamente mais um grande motivo de orgulho e alento para todos os Açorianos.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à organização da Gala dos Pequenos Cantores Caravela d'Ouro, à Câmara Municipal da Povoação e à Assembleia Municipal da Povoação.

Horta, 14 de abril de 2016

Os Deputados: *Benilde Oliveira, Cecília Pavão, Berto Messias, Ricardo Cabral, José San-Bento, Miguel Costa, Francisco César, Arlinda Nunes, André Bradford, Graça Silva, Renata Correia Botelho, Marta Couto, Catarina Moniz Furtado*

**Deputado Paulo Estêvão (PPM) e vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Andrade, tem a palavra.

(\*) **Deputado José Andrade (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, naturalmente e gostosamente, a este voto de congratulação proposto pelo PS relativo à 25.<sup>a</sup> edição do festival da canção infantil Caravela D'Ouro.

É, de facto, um momento marcante do cartaz cultural do concelho de Povoação que decorre, embora de forma não irregular, desde há 32 anos, e esta nossa associação a esta congratulação fazemo-la de forma ainda mais abrangente para aqui incluir também outros eventos do mesmo género que, pertinentemente, decorrem também noutros concelhos dos Açores, como, por exemplo, o festival da canção infantil Serrote d'Ouro, de Vila Franca do Campo, desde 1994, o festival da canção infantil Baleia de Marfim, das Lajes do Pico, desde 1999, o festival da canção infantil da ilha das Flores, na Vila de Santa Cruz, desde 2001, ou também, por exemplo, o festival da canção infantil Sol Menor, da Praia da Vitória, desde 2007, entre outros, por ventura.

É, portanto, muito importante fazer esse registo, não apenas em relação à Povoação, mas em relação também a outros concelhos dos Açores, que promovem e desenvolvem iniciativas similares, porque a música é muito importante em todas as idades, mas quanto mais cedo começar, mais importante ela é.

**Vozes de alguns Deputados do PSD:** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é apresentado pelo Partido Socialista: Fajãs de São Jorge classificadas pela UNESCO como Reserva da Biosfera. Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Paula Alexandra Bettencourt.

**Deputada Paula Bettencourt (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de congratulação**

#### **Fajãs de S. Jorge classificadas pela UNESCO como Reserva da Biosfera**

A ilha de S. Jorge, pelo alcantilado das suas costas e devido à sua orografia, caracteriza-se pela existência de um elevado número de Fajãs, contabilizadas em 76, sendo que 55 se encontram voltadas a Norte e 21 a Sul.

As Fajãs da ilha de São Jorge são o exemplo de uma relação equilibrada, entre o ser humano e a natureza, com testemunhos claros de perseverança e resistência, arquivos únicos de vivências, paisagens e biodiversidade, que importa conservar e valorizar. Em parte, são elas que determinam o carácter da ilha, criando microclimas e compartimentando a sua paisagem, determinando zonas de fixação da população, em algumas delas. São de igual modo símbolo da beleza natural e do isolamento que dominou parte da história da ilha, oferecendo panorâmicas extraordinárias e ímpares.

Considerando fundamental, e essencialmente nas comunidades de menor dimensão, fomentar o desenvolvimento sustentável, o Governo dos Açores lançou aos Jorgenses o desafio de, juntos, prepararem uma candidatura à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a designação da Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge.

O Conselho Internacional de Coordenação do Programa MaB - O Homem e a Biosfera, da UNESCO, no passado dia 19 de março, em Lima, no Perú, classificou as Fajãs de S. Jorge como Reserva da Biosfera, passando assim este território a integrar a Rede Mundial. A classificação, aprovada por unanimidade, contempla áreas de núcleo, de transição e de tampão, abrangendo toda a ilha de S. Jorge e uma área marinha adjacente até três milhas da costa.

O sucesso da candidatura, desencadeado em 2014 pela Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, através da Direção Regional do Ambiente, foi, certamente, um reflexo de todo o esforço e empenho de uma vasta equipa de trabalho orientada pela Direção Regional do Ambiente que contou com um forte envolvimento nesta iniciativa, desde a primeira hora, de um conjunto de atores locais, designadamente os dois municípios de São Jorge, associações e instituições locais, entidades ligadas à investigação científica e às atividades económicas, ambientais e culturais, e personalidades individuais.

A sua classificação como Reserva da Biosfera constitui, assim, uma oportunidade de afirmação à escala global, acrescentando valor económico aos produtos e serviços gerados em São Jorge, ostentando a chancela de qualidade da UNESCO.

O inegável valor do património natural e cultural de São Jorge e das suas fajãs, em particular, é merecedor desta designação internacional da UNESCO, que reconheceu também a excelência da candidatura açoriana, defendendo que os relevantes valores naturais, paisagísticos e culturais presentes nestes territórios devem ser potenciados enquanto elementos incontornáveis da animação e a promoção turística da Região, enquanto Destino de Natureza.

Nos Açores encontram-se quatro das Reservas da Biosfera existentes em Portugal, nomeadamente as ilhas do Corvo, Flores e Graciosa, e agora também as Fajãs de São Jorge.



Tendo em conta o exposto e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 14 de abril de 2016, emita o seguinte voto de congratulação:

**A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela classificação das Fajãs de S. Jorge como Reserva da Biosfera pela UNESCO, conferindo à ilha de S. Jorge e às suas Fajãs esta designação internacional, como património natural e cultural único, no contexto da Região, com enorme potencial de projeção no exterior e de geração de riqueza.**

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Assembleia Municipal da Calheta, à Assembleia Municipal de Velas e à Casa do Parque de S. Jorge.

Horta, 14 de abril de 2016.

Os Deputados: *Paula Bettencourt, André Rodrigues, Berto Messias, José San-Bento, Miguel Costa, Francisco César e Arlinda Nunes*

**Vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Sr. Deputado António Pedroso, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD naturalmente irá associar-se a este voto e aproveita para relembrar que, ontem, apresentou um voto de igual teor.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PS, refere-se à conquista do título de campeão regional de voleibol em seniores masculinos pelo Clube Desportivo Escolar das Flores. Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Arlinda Nunes.

**Deputada Arlinda Nunes (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de congratulação**

#### **Conquista do título de Campeão Regional de Voleibol em Seniores**

##### **Masculinos pelo Clube Desportivo Escolar das Flores**

No passado dia 20 de março, o Clube Desportivo Escolar das Flores sagrou-se Campeão Regional na modalidade de Voleibol, na categoria de Seniores Masculinos.

Este não é o primeiro título regional conquistado por este Clube, e muito menos a primeira vez que disputa finais regionais, tendo já alcançado por diversas vezes e por via do seu trabalho, esforço e dedicação, diversas classificações de destaque na modalidade de Voleibol, como sejam:

- Em 2012/2013, o título de Campeões Regionais, na categoria de Juniores Masculinos, sendo este o primeiro título regional conquistado pelo Clube;
- Em 2013/2014, Campeões Regionais, também na categoria de Iniciados Masculinos, título este seguido de um sétimo lugar a nível nacional;

- Ainda no mesmo ano, o Clube alcançou o título de Vice-Campeão Regional, na categoria de Seniores Masculinos, e
- Em 2014/2015, a conquista do título de Vice-Campeões Regionais, na categoria de Iniciados Masculinos.

Fundado a 19 de setembro de 1991, o Clube Desportivo Escolar das Flores surgiu com o principal objetivo de oferecer uma prática desportiva organizada e competitiva mais diversificada do que até então existia na ilha das Flores.

O Clube deu início à prática de diversas modalidades como o ténis de mesa, atletismo, patinagem, patinagem artística e voleibol, sendo nesta última que verificou uma evolução significativa envolvendo, desde há alguns anos a esta parte, cerca de 250 praticantes oriundos de toda a ilha e revelando um elevado nível de desenvolvimento qualitativo.

Pela sua origem, o Clube foi formado por docentes da então Escola Preparatória de Santa Cruz das Flores e resiste até hoje, cada vez mais sólido e competitivo, com um pequeno e restrito grupo de docentes da atual Escola Básica e Secundária das Flores, com atletas e ex-atletas que acumulam funções de direção, de técnicos, e com o apoio dos pais e encarregados de educação da mesma.

Releva-se igualmente que todos os atletas deste clube nos escalões de formação são alunos desta escola, sendo os atletas dos escalões seniores, na sua maioria ex-alunos da referida escola, que agora conquistaram o título de Campeões Regionais de Voleibol.

Em comunidades pequenas, como é a ilha das Flores, a prática desportiva foi e continua a ser um meio privilegiado de atratividade jovem, de agregação das várias faixas etárias, afirmando-se também como meio de envolvimento e integração social na comunidade onde se insere.

Sendo indiscutível que a prática desportiva tem um papel muito importante na promoção de hábitos de vida saudáveis, o Clube Desportivo Escolar das Flores

teve desde o início o desígnio de, não só promover o desporto nos escalões de formação da ilha das Flores, mas também ir ao encontro dos jovens florentinos, contribuindo para a sua formação pessoal e social, de uma forma atrativa e salutar.

Em locais de menor densidade populacional, é de destacar a capacidade de estimular as potencialidades das faixas etárias mais jovens e de manter vivaz o espírito de equipa e ambição de forma a persistir e almejar continuamente maior qualidade no trabalho desenvolvido e a obtenção de melhores resultados no panorama desportivo regional.

E este é, sem dúvida, um mérito do Clube Desportivo das Escolar das Flores, como demais coletividades da Ilha, que, combatendo as dificuldades com que se deparam diariamente têm conseguido desenvolver projetos de forma estruturada e sustentada, pautando a sua ação pelo rigor, competência e a dedicação à formação dos atletas florentinos.

É fruto do trabalho desenvolvido ao longo dos anos, do empenho e dedicação de todos os seus atletas, técnicos e docentes envolvidos, que o clube está, uma vez mais, a festejar uma vitória e a elevar o nome da Ilha das Flores a um patamar de excelência regional, fator de orgulho para todos os Florentinos e Açorianos.

Assim sendo, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária de Abril de 2016, a aprovação deste Voto de Congratulação pela conquista do Campeonato Regional de Voleibol na categoria de Seniores Masculinos, pelo Clube Desportivo Escolar das Flores.

A presente congratulação é extensiva a todos os atletas, técnicos e dirigentes que viram, assim, reconhecidos o seu esforço em prol da atividade desportiva na ilha das Flores.

Do presente voto de congratulação seja dado conhecimento à Direção do Clube Desportivo Escolar das Flores e demais órgãos e colaboradores, bem como ao Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária das Flores.

Horta, sala das sessões, 14 de abril de 2016

Os Deputados: *Arlinda Nunes, Berto Messias, Manuel Pereira, Miguel Costa e José San-Bento*

**Vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, é com muita satisfação que o PSD se associa a este voto de congratulação, reforçando aquilo que mais importante é, que é o empenho, esforço e dedicação de todos quantos tornam possível estas conquistas.

O Clube Desportivo Escolar não é a primeira vez que tem conseguido ser campeão regional e, em ilhas como a ilha das Flores, este papel tem uma relevância com uma importância acrescida.

Devo acrescentar que essa importância deve ser sempre acarinhada por todas as instituições públicas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo voto é de saudação, referente aos 40 anos da Constituição da República Portuguesa, é apresentado pelo PCP e tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

**Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de saudação**

No dia 25 de Abril de 1974, as Forças Armadas, inspiradas pela vontade do Povo, derrubaram o regime fascista e instauraram a Liberdade e a Democracia em Portugal.

Este acto fundador desencadeou um processo revolucionário, de marcado cariz popular, que conduziu a transformações profundíssimas, pondo ponto final à guerra colonial, garantindo o respeito pelos Direitos Humanos, removendo o peso do obscurantismo de décadas de regime fascista e abrindo o caminho ao progresso e ao desenvolvimento soberano num Portugal Democrático.

A Liberdade, a Democracia, a Justiça Social, a Paz e a Soberania recém-conquistadas pelo Povo Português foram justamente consagradas na Constituição da República, aprovada a 2 de Abril de 1976, uma das mais avançadas e progressistas do século XX, projectando os valores de Abril e reconhecendo e dando suporte aos direitos, aspirações, conquistas e às profundas transformações e mudanças que foram protagonizadas pelo Povo Português.

A Constituição de 1976, fruto da Revolução de Abril, consagrou também a histórica aspiração dos Povos Insulares à Autonomia, indispensável aprofundamento democrático e instrumento do desenvolvimento e do progresso dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, que nos permitiu superar atrasos de séculos e traçar por nós mesmos o rumo para a construção de uma vida melhor.

Apesar das distorções e omissões a que o projecto constitucional tem sido sujeito, a Constituição continua a ser um suporte fundamental e indispensável na regulação da nossa vida democrática, bem como continua a ser garante de importantes direitos políticos, económicos sociais e culturais dos trabalhadores e do povo português.

Aponta para uma democracia assumida em todas as suas dimensões, não em termos de declaração geral, mas concreta – política, económica, social e cultural e que consubstancia o projecto transformador e de modernidade da Revolução de Abril.

Nela se inscrevem os direitos dos trabalhadores como intrínsecos à democracia, desde os direitos sindicais aos direitos laborais e à justiça, à segurança no emprego, a uma redistribuição mais justa da riqueza com a efectivação do direito a salários mais justos, a horários de trabalho mais dignos. Nela se expressa o direito ao trabalho para todos e a execução de políticas económicas de pleno emprego.

Nela se reconhece às mulheres o direito à igualdade no trabalho, na família e na sociedade e importantes direitos às crianças, aos jovens, aos reformados e aos cidadãos com deficiência.

Nela se proclama a exigência da subordinação do poder económico ao poder político e a incumbência ao Estado de dar prioridade às políticas económicas e de desenvolvimento que assegurem o aumento do bem-estar social, a qualidade de vida das pessoas, a justiça social e a coesão económica e social de todo o território nacional.

Nela estão consignadas as obrigações do Estado em relação a domínios tão importantes como os da educação e do ensino, da saúde, da segurança social, da cultura.

Nela subsistem princípios fundamentais para a organização do Estado, como a independência dos tribunais e a autonomia do Ministério Público; a autonomia do Poder Local democrático.

Nela se estipulam os justos princípios que devem nortear as relações internacionais e pelas quais Portugal se deve reger – os princípios da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos e da não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, o desarmamento e a dissolução dos blocos militares.

Princípios, opções e instrumentos de intervenção que devem orientar e garantir uma política de desenvolvimento económico e social ao serviço do povo e do País.

**Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova o seguinte Voto de Saudação:**

- **A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, assinalando o 42º Aniversário da Revolução do 25 de Abril, proclama os valores da Liberdade, da Democracia, da Justiça Social, da Paz e da Soberania como princípios que devem orientar a construção de um País mais justo e desenvolvido;**
- **A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores assinala o 40º Aniversário da aprovação da Constituição da República, que consagrou e é o garante do direito inviolável do Povo Açoriano à Autonomia,...**

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor é contra a autonomia!

**O Orador:** ... bem como pela importância dos direitos que garante e os princípios que consagra e reafirma a sua determinação na sua defesa e aprofundamento democrático;



- **A Assembleia Legislativa reafirma o seu compromisso na construção de uma sociedade mais livre, justa, democrática e desenvolvida na Região Autónoma dos Açores.**

Horta, 14 de Abril de 2016

O Deputado do PCP Açores: *Aníbal Pires*

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Conversa para boi dormir!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM não está disponível para apagar fotografias da história, neste Plenário.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Eu devo dizer que o projeto constitucional que o Partido Comunista defendia, em 1975, era aquele que estava vigente na União Soviética e nos países da Europa de Leste, submetidos ao domínio soviético,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... e aí não estava vigente nenhuma democracia, aí estava vigente o totalitarismo do partido único que submetia esses povos.

E, portanto, meus senhores, que exista aqui uma separação de águas bem evidente em relação à visão que tinha o Partido Comunista, em 1975.

E que se diga também o seguinte, que aquilo que ficou na Constituição, ainda no preâmbulo, de abrir caminho para uma sociedade socialista, graças a Deus, graças aos portugueses que têm votado nos partidos que têm alterado a Constituição e que têm retirado o processo de nacionalizações selvagens, a reforma agrária, o processo que tem implementado...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não se invoca o nome do Senhor em vão!

**O Orador:** ... o respeito pela propriedade privada, graças a essas alterações que têm sido concretizadas, o que eu acho é que, neste momento, temos uma Constituição mais democrática, não era aquela que o PCP queria.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Aliás, o PCP diz no seu voto que apesar das distorções e omissões a que o projeto constitucional tem sido sujeito, o que significa que quem votar a favor deste voto está a favor desta visão, que é uma visão que acha que a alteração da Constituição no âmbito do processo de garantia dos direitos e das liberdades, no processo de garantia do pluralismo político, aí a Constituição seguiu o caminho errado, de acordo com o voto do Partido Comunista.

Sr. Deputado, aqui não se branqueia a história, e, Sr. Deputado, também lhe vou dizer o seguinte. Em relação às autonomias regionais, vou fazer distribuir, nesta Câmara, as posições que o Partido Comunista assumiu nos debates da Constituinte, para que todos percebam, para que todos se recordem novamente e relembrem qual foi a posição do Partido Comunista no âmbito da Assembleia Constituinte em relação ao auto Governo dos Açores: foi contra, Sr. Deputado, foi contra. Se, hoje, temos um auto Governo dos Açores, se, hoje, temos autonomia, não se deve ao Partido Comunista, foi contra o Partido Comunista.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** É verdade!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Apoiado!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Efetivamente, é hábito do Partido Comunista vir aqui fazer este número e dando a entender que foi o garante da liberdade em Portugal. Não foi! Antes pelo contrário. O garante da liberdade em Portugal foi o 25 de Novembro,...

**Deputado Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... que o Partido Comunista vota sempre contra na Assembleia da República. E, portanto, viva o 25 de Novembro, que garantiu a liberdade em Portugal e expurgou os comunistas do poder, nessa altura, porque o que Partido Comunista fez em Portugal quando esteve no poder foi uma vaga de refugiados de perseguição a pessoas, a partidos e a quem professava ideias diferentes das dele.

Mas não deixa de ser interessante e, ainda ontem, o Sr. Deputado Aníbal Pires, os direitos humanos deles é conforme o fuso horário: quando é mais para lá, não há direitos humanos; quando é em Portugal, há direitos humanos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem! Viva o 25 de Novembro!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Apenas para tecer uma ou duas considerações...

**Deputado Graça Silveira (CDS-PP):** Retirar o voto!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Retire o voto!

**O Orador:** ... sobre aquilo que foi dito pelo Deputado do PPM.

É claro que eu não estava à espera que um deputado do Partido Popular Monárquico pudesse subscrever um voto de uma Constituição da República. É evidente que a fidelidade do Deputado Paulo Estêvão é à constituição da

Monarquia Constitucional. E, portanto, estranho seria que o Deputado Paulo Estêvão subscrevesse, ou melhor, desse o apoio a este voto.

Mas não foi isto, embora seja esta a sua verdadeira razão, que o Deputado Paulo Estêvão fez; o Deputado Paulo Estêvão acabou por proferir ali um conjunto de aleivósidades políticas que ficam com ele próprio. Lamento é que quem tem como formação académica a história possa, ele, sim, tentar branquear aquilo que é a história do século XX português.

Quanto àquilo que o Sr. Deputado Artur Lima disse, eu posso responder-lhe apenas da seguinte forma. Não é este o futuro que as portas de Abril abriram, este é o presente fechado em Novembro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O voto de saudação apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 17 do PSD; 1 do BE; 1 do PCP; 1 voto contra do PPM; 3 abstenções do CDS-PP.

**Presidente:** Passamos agora para os votos de protesto. O primeiro é do PS: Quebra de consenso na defesa dos Açores para a minimização dos impactos económicos e sociais das reduções na Base das Lajes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Meneses.

**Deputado Nuno Meneses (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de protesto**

## **Quebra de consenso na defesa dos Açores para a minimização dos impactos económicos e sociais das reduções na Base das Lajes**

Todos os titulares de cargos políticos têm a legitimidade de desempenhar essas funções como entendem ser melhor.

Mas, independentemente do partido político pelo qual esse titular foi eleito, é absolutamente fundamental que acima das legítimas agendas partidárias, esteja a defesa da terra e da população que o elegeu.

Isto tem mais relevância quando estão em causa questões de grande importância para o futuro, que exigem um consenso alargado e uma frente comum unida na defesa dos nossos interesses.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Como é sabido e já foi aqui amplamente discutido, a redução do contingente norte-americano na Base das Lajes tem um impacto económico e social significativo na ilha Terceira e, conseqüentemente, nos Açores.

Nesse âmbito, numa estratégia de defesa da nossa Região e na garantia de minimização desses impactos, o Governo dos Açores em parceria com os dois Municípios da Terceira, com a Câmara de Comércio e Indústria e Parceiros Sociais e Económicos terceirenses, elaborou o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT), um documento que define um conjunto de acções com responsabilidade tri-partida entre o Governo dos Açores, o Governo da República e o Governo Norte-americano que minimizem os impactos negativos dessas reduções.

Como também já foi amplamente discutido neste Parlamento, este é um processo de grande complexidade, com uma vertente política e diplomática que exige grande determinação de todos nós e, sobretudo, grande consenso e união que, felizmente, tem sido possível construir entre todos os partidos políticos e parceiros sociais e económicos.

Quebrar essa união será um péssimo contributo para a nossa causa e um excelente serviço àqueles que tentam fugir às suas responsabilidades na minimização dos impactos negativos das reduções e no apoio à população da Ilha Terceira.

Ora, recentemente, um deputado eleito pelos Açores à Assembleia da República proferiu declarações a um jornal nacional de referência que, do ponto de vista político, são graves e um péssimo contributo para a execução da agenda política de consenso e de união que todos desejamos.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O Deputado António Ventura afirmou, e passo a citar:

“O Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira foi feito para os Açores sacarem dinheiro à República e aos Estados Unidos, para o governo receber um cheque em branco”.

Consideramos profundamente infelizes e insensatas estas afirmações, que desconsideram todos os intervenientes na elaboração de tão importante documento, que consubstancia uma agenda política fundamental para o futuro da nossa Região e, sobretudo, desconsidera muito os terceirenses e os açorianos...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** O Orçamento de Estado era tão bom, tão bom, que tinha zero cêntimos para o PREIT!

**O Orador:** ... que estão a contas com grandes dificuldades e indefinições empresariais e profissionais devido às reduções norte americanas.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Os Açorianos dispensam este tipo de comportamento político, com duas caras, que não só não serve, como prejudica, os interesses da Região.

Cada titular de cargo político desempenha como bem entende,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Nota-se!

**O Orador:** ... em total liberdade e segundo as regras que a nossa democracia define, as suas funções. Mas a forma como o faz deve, na nossa opinião, por acima de tudo a defesa da nossa terra e dos nossos concidadãos.

Pelos factos acima expostos e tendo em conta o que está em causa...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O que está em causa é a opinião dos outros!

**O Orador:** ... nas questões relacionadas com a Base das Lajes, o Deputado dos Açores à Assembleia da República António Ventura não o fez, desconsiderando os açorianos e não defendendo condignamente a terra que o elegeu.

Resta agora saber, e é isso que pergunto, como é imperativo, se o Sr. Deputado Duarte Freitas subscreve estas afirmações.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de protesto pelas graves declarações proferidas a um jornal de referência nacional pelo deputado do PSD Açores na Assembleia da República António Ventura em relação ao Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, do qual deve ser dado conhecimento formal ao Governo da República, à Assembleia da República, à Câmara e Assembleia Municipal da Praia da Vitória e de Angra do Heroísmo, ao Conselho de Ilha da Ilha Terceira, às Juntas de Freguesia da Ilha Terceira e à Câmara de Comércio e Indústria da Ilha Terceira.

Horta, sala das sessões, 14 de abril de 2016

Os Deputados: *Nuno Meneses, Berto Messias, José San-Bento, Francisco César, Miguel Costa, António Parreira, Francisco Coelho e Arlinda Nunes*

**Vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** *Shame on you!*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era o que faltava colocar o primeiro órgão da autonomia como um tribunal onde se julgam pretensos delitos de opinião.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Vozes de alguns Deputados do PSD:**

Muito bem!

**Deputado André Bradford (PS):** Não é disso que se trata!

**O Orador:** Era o que faltava!

O Partido Socialista, mais uma vez, resolve entrar pelo domínio da chicana política e o Partido Socialista, mais uma vez, resolve entrar pelo desrespeito da Casa da Autonomia.

Da parte do PSD Açores, que sempre entendeu e continua a entender que a seriedade é o maior valor na política,...

**Deputado André Bradford (PS):** Temos visto! A seriedade por *e-mail*, temos visto!

**O Orador:** ... obviamente que não vai dar para esse peditório e obviamente que vai votar, de forma veemente, contra este voto de protesto.

**Vozes de alguns Deputados do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.



(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Na análise do Bloco de Esquerda, as afirmações feitas pelo Sr. Deputado António Ventura merecem censura; essa censura deve ser feita politicamente. Não compete a esta Casa, na nossa opinião, fazê-lo, até porque isso seria completamente alterar o objetivo, o fundamento e a razão de ser da Assembleia Legislativa dos Açores.

Muito obrigada.

**Vozes de alguns Deputados do PSD:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Extremamente infeliz!

**Deputado André Bradford (PS):** O infeliz não foi quem disse!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente,...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** ... Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ai se fossemos nós a prendermo-nos aos termos utilizados, nomeadamente por deputados do Partido Socialista em relação ao ex-Governo da República. Ai se fossemos nós a prendermo-nos a termos utilizados até pelo Governo Regional dos Açores em relação ao Governo da República. Ai se fossemos nós a atender a adjetivos dos deputados do Partido Socialista em relação ao ex-Primeiro-Ministro. Ai se fossemos nós a fazer caso disso.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Nós nem sequer roubamos nenhum gravador!

**Deputado André Bradford (PS):** Exceto na Cruz Vermelha!

**O Orador:** Está em causa, o Partido Socialista agora veio aqui, ainda ontem, discutíamos aqui a liberdade de opinião, a liberdade de expressão em relação a

um país; vem o Partido Socialista censurar essa liberdade de opinião, essa liberdade de expressão, mais, de um deputado titular de um órgão de soberania.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E vem aqui pôr esta Assembleia... Que cada um dos senhores discorde, eu também não concordo com o termo,...

**Deputado André Bradford (PS):** Não é o termo!

**O Orador:** ... agora, esta Casa fazer um voto de protesto sobre as livres afirmações de um deputado, que ele é que é responsável por elas e mais ninguém? Eu acho que é excessivo e inaceitável e é apenas de uma ditadura democrática e de um totalitarismo que os senhores querem impor...

**Vozes de alguns Deputados do PSD:** Muito bem!

**O Orador:** ... na sociedade açoriana.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** E, ontem, dizia aqui eu ao Sr. Presidente do Governo, quando ele fez a sua prédica sobre a democracia e a liberdade, é pena ele não estar aqui, agora, porque bem se aplicam as palavras do Sr. Presidente do Governo, que aqui disse, ontem, bem se aplica da boniteza e da beleza da democracia. Mas quando se condiciona um povo na sua escolha,...

**Deputado André Bradford (PS):** Tão puros que eles estão!

**O Orador:** ... é grave, agora, quando se tenta condicionar um deputado titular de um órgão de soberania, é o caos, é inaceitável e revela bem o conceito que os senhores têm de democracia.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e vozes de alguns Deputados do PSD:** Muito bem!

**Deputado José San-Bento (PS):** Francamente!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Francamente, Sr. Deputado José San-Bento!... Francamente!...

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

*(Inaudível)*

**Presidente:** Os votos não têm encerramento formal.

(\*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O voto que o Partido Socialista apresentou daquela tribuna...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Foi uma vergonha!

**O Orador:** ... é absolutamente claro. Aquilo que consta do voto é absolutamente claro.

Quando é afirmado que qualquer titular de cargo político pode exercer as suas funções...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Claro!

**O Orador:** ... como bem entende,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Mas o PS censura!

**O Orador:** ... com a liberdade inerente a essas funções e com o respeito pelas regras que a democracia define.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Mas também é claro quando afirma que as afirmações de um deputado eleito pelos Açores à Assembleia da República não dependem...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Até podem receber dinheiros públicos para empreendimentos turísticos! Deputados da República!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

**Deputado Francisco César (PS):** Eu sei que disseram para ele não deixar aqui o líder parlamentar falar, é pá, mas faz-te homenzinho...

**Deputado Miguel Costa (PS):** Aguenta-te!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! Eu não quero começar o dia de hoje como acabámos ontem e, portanto, moderem os vossos apartes e eles não podem ser ofensivos! Não podem, não devem!

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

**O Orador:** Muito obrigado.

O voto é também perfeitamente claro sobre a censura política que nós fazemos e a discordância política...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Censura de opinião!

**O Orador:** ... que nós fazemos às afirmações do Sr. Deputado António Ventura, discordando em absoluto com as afirmações que ele profere, tendo em conta...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Proteste contra o subsídio a empreendimentos turismos, para construir as Casas Cinco, na ilha Terceira!

**O Orador:** ... a importância do dossier da base das Lajes e a frente unida que se exige na defesa...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para frente unida a gente não dá!

**O Orador:** ... dos nossos interesses para a minimização dos danos e dos impactos sociais e económicos na ilha Terceira relativamente à Base das Lajes.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O Parlamento dos Açores é um órgão político...

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... que faz debates políticos e que se pronuncia e aborda politicamente...

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... aquele que é o trabalho dos deputados e dos agentes do sistema político dos Açores.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E por isso eu reafirmo e reitero...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** As palavras do Deputado António Ventura não foram ao bolso dos contribuintes!

**O Orador:** ... tudo aquilo que consta do voto que foi apresentado pelo meu camarada Nuno Meneses.

E também não posso deixar de dizer o seguinte. Não deixa de ser curioso...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Liberdade! Liberdade! Democracia!

**O Orador:** ... que agora aqueles que se indignam pelo facto do PS apresentar um voto de protesto às afirmações políticas feitas por um deputado dos Açores eleito à Assembleia da República, que, na nossa opinião, desconsideram os terceirenses e desconsideram os açorianos...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** O que desconsidera os terceirenses foram os zero euros no Orçamento do Estado!

**O Orador:** ... são os mesmos que, há poucos meses, apresentaram, daquela tribuna, um voto contra as afirmações políticas do Secretário Regional da Educação.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sobre esta Assembleia!

**Vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)*

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Desconsiderando esta Casa!

**O Orador:** Não deixa de ser absolutamente curioso.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sobre esta Assembleia!

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues) e vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem

*(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É o totalitarismo!

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sobre esta Assembleia! Tenha vergonha, pá! Sobre esta Assembleia! Sobre si! Ele pronunciou-se sobre esta Assembleia, da qual o senhor faz parte! Muito mau este exemplo! Saiu-lhe muito mau!

**O Orador:** E para terminar, Sra. Presidente,...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Pronunciou-se sobre esta Assembleia, sobre si, na sua ausência, e o senhor gostou, pelos vistos!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** E para terminar, Sra. Presidente, também não posso deixar de registar o facto de, na intervenção que o PSD fez na sequência deste voto, não ter ficado claro aquilo que acho que é fundamental que todos nós saibamos e, sobretudo, que os terceirenses saibam, se o Sr. Deputado Duarte Freitas subscreve ou não as afirmações do Sr. Deputado António Ventura.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Veja-se bem o que o Partido Socialista quer que aqui se vote: a quebra do consenso (a quebra do consenso!). O que o Partido Socialista pretende instituir nesta Casa é o delito de opinião, porque a verdade é que as diferentes

personalidades, os diferentes eleitos podem exprimir livremente a sua opinião sobre todos os assuntos, os eleitos e a cidadania. E o que eu vos devo dizer é que estes são os tiques, vejam bem, isto é uma fotocópia, este comportamento da união social que aqui está em que diz, “É união, é união!”, é a nossa união, é o nosso consenso, o consenso imposto por parte do Partido Socialista.

Se tirarem esta fotografia, são exatamente os argumentos que foram utilizados pelo Estado Novo em relação às oposições, naquela altura. Ninguém pode ter uma opinião diferente, porque essa opinião é censurada.

Meus senhores, da minha parte, ninguém me obriga a consensualizar ou ninguém me impõe as vossas posições em relação aos mais diversos assuntos.

O que é importante no debate democrático é que todas as pessoas possam exprimir livremente a sua opinião e é isso que com este voto o Partido Socialista quer condicionar.

Eu percebo que um plano que foi organizado para cumprir as promessas do Partido Socialista,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não cumpriu!

**O Orador:** ... que não foram cumpridas ao longo de duas décadas de governo do Partido Socialista, os senhores agora digam que, agora que os senhores queiram impor essa vossa visão. As promessas incumpridas são de parte de V. Ex.<sup>a</sup>, não dos outros, foi de quem governou, ao longo destes 20 anos.

**Deputado André Bradford (PS):** Não se enerve!

**O Orador:** E devo dizer-vos também que toda a vossa retórica faz lembrar o jornal de Angola. Mesmo, ontem, aqui discutimos o caso de Angola, em que há pessoas presa pelo delito de opinião, por considerarem que aquele plano, aquele projeto político não é o projeto de todos os angolanos. Pois, o vosso projeto político também não é o projeto de todos os açorianos e por isso, meus senhores, a vossa opinião, a vossa atitude totalitária não passa para quem quer

defender a democracia, para quem preza a democracia, para quem preza a liberdade.

**Vozes de alguns Deputados do PSD:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

As afirmações do Deputado António Ventura são politicamente condenáveis e prejudicam ou podem prejudicar objetivamente os Açores e, em particular, a ilha Terceira, mas o PCP entende que não é esta a forma adequada de condenar...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... as declarações do Deputado António Ventura.

Mais importante do que este voto de protesto ou, digamos, a condenação das declarações do Deputado António Ventura através da aprovação de um voto de protesto é saber se aquela afirmação, se aquilo que foi expresso pelo Deputado António Ventura, não é se é coincidente ou não com a opinião do Deputado Duarte Freitas, é se é ou não coincidente com a opinião do PSD Açores e o desafio fica feito ao PSD Açores que, logo que tenha essa oportunidade, esclareça se efetivamente se identifica ou não com as declarações do Deputado António Ventura.

E, portanto, é esse o desafio que fica feito.

O PCP não irá votar favoravelmente este voto de protesto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.



As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra faça o favor de se sentar.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Orgulhosamente sós!

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Gostaram tanto que o Prof. Avelino Meneses falasse mal de nós nas nossas costas! Falou mal desta Casa, nas costas desta Casa!

**Secretária:** O voto de protesto apresentado foi aprovado...

*(Diálogo entre bancadas)*

**Secretária:** ... com 30 votos a favor do PS; 19 contra do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Vamos para intervalo. Regressamos ao meio dia.

*Eram 11 horas e 35 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

*Eram 12 horas e 26 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com os nossos trabalhos.

O próximo voto de protesto é apresentado pelo PSD pelo incumprimento da lei... Peço desculpa! Voto de protesto, Laboratório Regional de Veterinária, apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**Voto de protesto**

**Laboratório Regional de Veterinária**

A construção de um novo Laboratório Regional de Veterinária foi prometida para a Ilha Terceira no ano 2000. Na época, o então responsável pela pasta da Agricultura afirmava no âmbito do VIII Governo Regional que o Laboratório Regional de Veterinária seria uma realidade para aquela legislatura.

O compromisso de construção de um novo Laboratório Regional de Veterinária justificava-se uma vez que, já há época, o actual Laboratório não conseguia, em equipamentos e estruturas, dar resposta às novas solicitações e imposições legais, comunitárias e nacionais, em matéria de controlo e segurança alimentar e de saúde pública, segundo afirmações dos governantes há época.

Pretendia-se uma infraestrutura que pudesse garantir a qualidade dos produtos alimentares e conseqüente defesa do consumidor, bem como a prestação de um conjunto de serviços essenciais àquele que é o motor da economia do Região: a pecuária.

Tendo em conta a profunda crise que vive hoje a pecuária Açoriana, a ferramenta que deveria ser o novo Laboratório Regional de Veterinária faz ainda mais falta.

Os anos foram passando, os anúncios de início da obra, bem como as previsões para a sua entrada em funcionamento foram-se sucedendo tantas vezes quantos os adiamentos que se lhes seguiram.

Passaram já 14 anos desde a promessa da construção do novo Laboratório.

As obras tiveram início em Novembro de 2009. A muito custo, no meio de atrasos e demoras, sempre se fez a construção. No entanto, apesar do edifício já estar construído há mais de dois anos, o Laboratório Regional de Veterinária ainda não se encontra em funcionamento nas novas instalações.

Desde o dia 4 de Fevereiro de 2014, data da recepção provisória da obra, que estão dadas como concluídas as obras de construção do novo Laboratório Regional de Veterinária.

Já passou tempo mais do que suficiente para que o edifício fosse devidamente equipado inaugurado e entrasse ao serviço da Região.

É imperativo que o Governo explique qual a razão pela qual a infraestrutura em questão ainda não entrou em funcionamento, sabendo que mais de dois anos é tempo mais do que suficiente para que se tivesse equipado aquele edifício e que o mesmo apresenta já alguns sinais de degradação que envolvem a necessidade de intervenções de manutenção, perfeitamente escusadas num edifício novo e que nunca foi utilizado.

Os deputados do PSD eleitos pela Terceira fizeram dois pedidos de visita às novas instalações do Laboratório Regional de Veterinária. O primeiro foi recusado e o segundo nunca teve resposta.

O Governo quis sempre esconder da fiscalização dos deputados da oposição o que está a passar com o Laboratório. Entretanto o edifício está pronto. Mas está vazio e sem uso.

Questionado pelo PSD acerca das razões que estavam a atrasar a entrada em funcionamento daquele edifício, nomeadamente a existência de eventuais problemas de construção ou a falta de recursos financeiros para o equipar, o Governo sempre rejeitou a existência de quaisquer problemas, anunciando o concurso público internacional para aquisição e instalação do mobiliário, redes e equipamentos, com o valor base de cerca de três milhões de euros, lançado durante o corrente mês de junho de 2014.

Já nada justifica que uma obra prometida no ano 2000, que levou 9 anos para se iniciar, mais 5 anos para se concluir e ainda mais dois para ser equipada, ainda não esteja ao serviço dos Açores e dos Açorianos.

Por tudo isto, nos termos estatutários e regimentais, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata – Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação deste voto de protesto contra o Governo Regional dos Açores, pela incapacidade que tem revelado em cumprir com o

seu compromisso eleitoral de concretizar, desde o ano 2000 a construção do Laboratório Regional de Veterinária, que tem prejudicado a lavoura Açoriana e defraudando as expectativas, legítimas, criadas nos agricultores da Região pelos programas eleitorais maioritariamente sufragados em sucessivos actos eleitorais.

Horta, 15 de abril de 2016.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata – Açores: *António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Bruno Belo, Luís Garcia, Judite Parreira e Paulo Ribeiro*

**Deputado José Andrade (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Obviamente que o CDS associa-se a este voto de protesto, não só porque para além do Laboratório Regional de Veterinária fazer parte daquela enorme lista de promessas socialistas para a Terceira não cumpridas ou mal cumpridas, de facto, todos os atrasos que têm envolvido este processo da construção do Laboratório Regional de Veterinária são inadmissíveis.

Mas devo dizer que o processo de aquisição de equipamentos é verdadeiramente vergonhoso. Uma vez mais, não resistiram à tentação do betão, gastaram 57 milhões na construção do edifício e quando chegou a altura de adquirir o equipamento não havia dinheiro. E não havia dinheiro, porque se

fiaram nos dinheiros comunitários, mas, como todos nós sabemos, o processo que levou à aprovação dos quadros comunitários de apoio não correu nada bem. E a este respeito devo lembrar que, há muito pouco tempo, o CDS fez um requerimento questionando o Governo de quando é que se previa a certificação dos laboratórios do SERCLA, porque esses laboratórios é que fazem as análises do nosso leite e, com base nesses resultados, o leite é classificado e nós pagamos aos produtores.

Lembrou também ao Governo que se o laboratório não fosse certificado, os resultados dessas análises não tinham valor legal e, portanto, não poderiam servir sempre que houvesse um contencioso entre um produtor e a indústria e que só os resultados de laboratórios certificados é que eram aceites pelo mercado internacional e que facilitariam a comercialização dos nossos produtos lácteos. O Governo Regional disse que não era preciso certificar o laboratório porque quem era responsável por fazer estas análises, imaginem só, seria o Laboratório Regional de Veterinária. Só que com todos estes atrasos envolvidos neste processo, o Laboratório Regional de Veterinária está na eminência de perder a sua certificação, se é que já não está suspensa. E, portanto, o Governo Regional até pode esconder-se da fiscalização dos deputados da oposição, mas seguramente que não pode esconder-se da fiscalização das entidades oficiais e, portanto, corremos o risco de, muito em breve, não termos um único laboratório certificado na região.

**Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luis Neto Viveiros):** Não é verdade!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Parreira, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em maio de 2015, o Bloco de Esquerda, através da Sra. Deputada Lúcia Arruda, já havia apresentado um voto de protesto sobre o mesmo teor,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Não foi do mesmo teor. Foram obras não acabadas na Terceira!

**O Orador:** ... ao qual o Sr. Deputado Luís Rendeiro respondeu com uma intervenção previamente escrita e com barbas. O voto de protesto apresentado pelo PSD não espelha a verdade dos factos, nomeadamente nos parágrafos 2.º, 4.º, 10.º e 15.º.

Um partido que se afirma como um partido de alternativa ao Governo...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Fale do laboratório!

**O Orador:** ... e que a sua principal estratégia é protestar e fiscalizar o trabalho do Governo, este partido está condenado ao fracasso. A prova disso mesmo são os 20 anos que os senhores já levam na oposição.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Onde é que eu faltei a verdade? Diga lá!

**Deputado José Ávila (PS):** Naqueles parágrafos todos!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Foram as respostas do Governo! Onde é que eu faltei a verdade? Diga lá!

**O Orador:** Ora, tanto se protesta....

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** ... por obras, por betão e asfalto a mais, como já o fizeram em outros tempos, como também se protesta pelas obras que ao Governo correm menos bem, na maioria das vezes sem conhecimento de causa, bem como por vezes não sendo da responsabilidade do Governo.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não vai dizer que é da República!

**Deputada Judite Parreira (PSD):** É nossa! É da oposição!

**O Orador:** O trabalho do maior partido da oposição não pode ser igual ao trabalho de uma representação parlamentar qualquer,...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... exige-se mais ação, mais criatividade e sobretudo mais responsabilidade.

Em democracia é mesmo assim, cada um é livre de expressar a sua opinião e aceitamo-la,...

**Deputado António Marinho (PSD):** Não parece! Com o que se passou há bocadinho!

**O Orador:** ... não podemos é comparar a demagogia com politiquices e com manobras que extravasam o verdadeiro sentido da democracia.

Em política, Sr. Deputado, não vale tudo. Sr. Deputado Rendeiro, deixe-me que lhe diga com toda a franqueza, com essa postura, parece que o seu partido vai continuar por aí por muito mais tempo do que aquele que espera.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Parece!

**O Orador:** Como é do conhecimento público, o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Agricultura, lançou o concurso público internacional para aquisição e instalação de diverso equipamento mobiliário no novo Laboratório Regional de Veterinária. No seguimento desse processo, um dos concorrentes interpôs uma ação no Tribunal Administrativo, que, até hoje, ainda não se pronunciou.

Atendendo ao sucedido, o Tribunal de Contas recusou o visto. Entretanto, o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Agricultura, está a preparar o novo concurso de modo a solucionar a situação.

Por isso, atendendo aos diversos constrangimentos, o Governo Regional decidiu transferir os serviços do atual Laboratório Regional para o novo Laboratório Regional de Veterinária, que entrará em funcionamento já no próximo dia 2 de maio.

Quer o Governo, quer este Grupo Parlamentar sempre assumiram e assumem as suas responsabilidades e reconhecem que há obras que correm menos bem,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Deve ser o Hospital de Angra!

**O Orador:** ... que sofrem atrasos e há obras que são iniciadas mais tarde, é certo.

**Deputada Judite Parreira (PSD):** E há algumas que nunca se acabam!

**O Orador:** Embora assumindo as suas responsabilidades, acontecem obstáculos no decorrer de uma obra qualquer em que o Governo é alheio. Só quem não conhece a contratação pública, quem não fez ou não faz obras ou então por má-fé pode apresentar um voto desta natureza.

Quero lembrar ao Sr. Deputado Luís Rendeiro que houve tantas outras obras que não estavam prometidas nem previstas no Orçamento Regional e que foram realizadas por este Governo.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isso é ilegal!

*(Risos dos Deputados do PSD)*

**O Orador:** Nomeadamente...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Onde é que está o enquadramento financeiro? Isto é incrível!

*(Risos dos Deputados do PSD)*

**Presidente:** Srs. Deputados!

**O Orador:** Não é incrível, não, senhor!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** Nomeadamente...



*(Burburinho geral)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** Posso? Se me deixarem, eu acabo!

... em casos excepcionais pelas intempéries que, nos últimos tempos, assolaram a região, como todos sabemos e, no último inverno, que foi muito chuvoso e prejudicial aos nossos agricultores, o Governo Regional prontamente criou uma linha de apoio a fundo perdido para aquisição de alimento para o gado.

**Deputada Graça Silva (PS):** Bem lembrado!

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** E o laboratório?

**O Orador:** Os milhões que foram gastos na recuperação dos estragos provocados pelas intempéries em estradas, em ribeiras, em casas, em portos, etc., etc..

Se a memória não me falha,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já falhou!

*(Risos dos Deputados do PSD)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, por favor, apelo à vossa moderação!

**O Orador:** ... a última intempérie aconteceu a 4 de setembro de 2015, mas houve mais e uma delas de grande dimensão e custou milhões ao Governo Regional...

**Deputada Graça Silveira (CDS-P):** Sr. Presidente, nos votos de protesto podemos fugir ao tema? O que é que isto tem a ver com o laboratório?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O que é isto, Sra. Presidente?

**O Orador:** ... e onde o seu Governo da República, o ex-Governo do PSD e do CDS-PP, negaram solidariedade à região, essa é que é a verdade dos factos.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

*(Burburinho geral)*

**O Orador:** E eu pergunto, Sr. Deputado, que se está aí a rir, o que fez o seu partido na defesa da sua terra e onde estava a sua coerência?

E, para terminar, Sr. Deputado, o seu voto de protesto fazia todo o sentido naquela altura, mas faltou-lhe coragem política, a que teve agora e a coerência que nunca teve.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Coerência?! O senhor disse coerência?

**O Orador:** Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará contra o voto de protesto.

Obrigado.

**Vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente:

Eu faço uma intervenção.

**Presidente:** Mas pediu a palavra para intervir no âmbito do debate?

**O Orador:** Exatamente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu acho que a forma como o Sr. Deputado António Parreira se dirigiu às representações parlamentares menorizando os deputados das representações parlamentares...

**Deputada Zuraida Soares (BE) e Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É verdade!

**Deputado António Parreira (PS):** Não foi isso que eu disse!

**Deputado José Ávila (PS):** Não minorizou! Não apoiado!

**O Orador:** ... e o trabalho que nós desenvolvemos é próprio, Sr. Deputado, de quem tem o rei na barriga, de quem se acha mais do que os outros, de quem se acha maior do que os outros. Quem minoriza...

**Presidente:** Srs. Deputados!

**O Orador:** ... os que são mais pequenos, os que são menos influentes,...

**Deputado António Parreira (PS):** Eu elogiei as representações parlamentares!

**O Orador:** ... os que são mais pobres, os que têm menos influência,...

**Deputado André Bradford (PS):** Quem avalia é o senhor!

**O Orador:** ... Sr. Deputado, e essa enorme arrogância, essa forma como o Sr. Deputado minorizou as representações parlamentares e os partidos que têm menos deputados neste Parlamento e os deputados que integram estas forças políticas é absolutamente inaceitável. É lamentável, Sr. Deputado, que o Sr. Deputado se refira assim àqueles que são mais pequenos, que são menos influentes, Sr. Deputado. E isso mostra bem o espírito que preside a vossa ação política. O que interessa são os poderosos, o que interessa é quem tem influência e os mais pequenos e os mais humildes, esses, para vocês, não valem nada.

**Vozes de alguns Deputados do PSD:** Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem! Apoiado!

**Deputado Francisco César (PS):** Isso não é uma intervenção! É um protesto!

**Presidente:** Vou passar a palavra...

O Sr. Deputado António Parreira pede a palavra para?

**Deputado António Parreira (PS):** Para protestar da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputada Graça Silveira (CDS-P):** Protesto?

*(Burburinho geral)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados! Vamos todos ter um bocadinho de calma para que possamos continuar o debate em condições e com o respeito que esta Casa nos merece.

Sr. Deputado Berto Messias, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(\*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma interpelação para solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que, depois da transcrição deste debate, possa distribuir as afirmações do Sr. Deputado Toste Parreira. Eu acho que o Sr. Deputado Paulo Estêvão equivocou-se.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas isto é uma interpelação? Oh, Sra. Presidente, eu tenho que chamar a atenção!

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, quem tem que chamar a atenção é a Mesa.

Sr. Deputado Berto Messias, faça o favor de continuar a interpelação.

**O Orador:** Sra. Presidente, solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que distribua o Diário das Sessões,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O Diário é sempre distribuído!

**O Orador:** ... onde ficará claro que aquilo que o Sr. Deputado António Toste Parreira fez foi um elogio às representações parlamentares, dizendo que um partido com 20 deputados trabalha menos que as representações parlamentares.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso é falso! Não foi nada disso!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não, não!

*(Burburinho geral)*

**O Orador:** E por isso...

**Presidente:** Sr. Deputado Berto Messias, está registada a interpelação.

**O Orador:** Pronto! Obrigado.

**Presidente:** Farei distribuir a transcrição do Diário, sendo que assim, naturalmente, o Sr. Deputado António Parreira prescinde da palavra para o protesto e o Sr. Deputado Paulo Estêvão, julgo que é para uma interpelação à Mesa. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O que o Sr. Deputado António Parreira disse foi “os senhores estão a fazer um trabalho como qualquer representação parlamentar”,...

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** É falso!

**O Orador:** ... no sentido de menosprezo.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** E, portanto, menosprezando claramente o trabalho político desenvolvido...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** ... pelas representações parlamentares.

E, portanto, isso está registado, Sra. Presidente,...

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão!

**O Orador:** ... e é lamentável esse género de atitude e de menosprezo em relação às representações parlamentares.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, a sua interpelação está registada e quando for distribuída a transcrição do Diário terão todos a oportunidade de verificar o que foi dito e que lá estará escrito.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para intervir no debate, tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo: Sra. Presidente, isto está tudo misturado: eu não sei se vou fazer uma interpelação ou uma intervenção! Mas obviamente que no âmbito de um voto de protesto...

*(Aparte inaudível da Câmara)*

**A Oradora:** Não, não sou eu que sei. A Sra. Presidente avaliará.

Oh, Sr. Deputado, já chega! Chega!

**Deputado Francisco César (PS):** Não é não chega nada! Isto é uma brincadeira!

**A Oradora:** Chega! A sério, chega!

Nós temos em mãos um voto de protesto do PSD sobre o Laboratório Regional de Veterinária. É absolutamente inevitável, a propósito da análise e do posicionamento de voto quanto a este documento, referir a forma como foi defendido pela bancada do Partido Socialista. Peço desculpa, mas uma coisa não se desliga da outra e aquilo que o Sr. Deputado António Toste disse, convenço-me que talvez não fosse isso que queria dizer,...

**Deputado António Parreira (PS):** E não foi isso que eu disse!

**A Oradora:** ... porque às vezes nós dizemos coisas que não são exatamente o que queremos dizer, mas aquilo que o Sr. Deputado objetivamente disse foi: “O maior partido da oposição comporta-se como uma representação parlamentar qualquer” e isto, Sr. Deputado, é absolutamente inaceitável...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Exatamente!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Disse!

**A Oradora:** ... num partido democrático, na Casa da democracia...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Apoiado!

**A Oradora:** ... e numa democracia que exatamente só existe pelo respeito pelas minorias.

E, portanto, Sr. Deputado,...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

**A Oradora:** ... mesmo partindo do princípio generoso de que o Sr. Deputado não disse exatamente aquilo que queria, eu não posso deixar de lhe dizer, e é isto que eu lhe quero dizer, que um partido, uma representação qualquer, olhe, está aqui. Eu sou e represento uma representação qualquer.

**Deputado André Bradford (PS):** A senhora não é qualquer!

**A Oradora:** Chama-se Bloco de Esquerda; ali, está o PPM, que é uma representação parlamentar qualquer; e, aqui, está o PCP, que é uma representação parlamentar qualquer. E eu digo-lhe assim: isto é uma fraseologia e um vocabulário, Sr. Deputado, que é característico dos caciques prepotentes, mas não é, seguramente, característico de uma representação parlamentar qualquer.

Muito obrigada.

**Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Diálogo entre bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados, os nossos trabalhos estão quase a terminar. Eu apelo a todos vós que possamos terminá-los com a dignidade que este Parlamento nos exige, acima de tudo, e penso que esta manhã já tem sido conturbada suficiente para que tenhamos que terminar os trabalhos de uma forma diferente daquela que é habitual.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O haraquíri político do deputado que falou em nome de toda a bancada do maior partido desta Assembleia foi tão mau que eu, infelizmente, não consegui evitar algumas gargalhadas, facto pelo qual me penitencio.

**Deputado José Ávila (PS):** O senhor também ri-se por qualquer coisa!

**O Orador:** E, de facto, este voto foi muito parecido com outros votos que aqui foram apresentados, ontem, e também faz lembrar um conjunto de outras obras e outros fracassos da governação do Partido Socialista que aqui foram lembrados, e muito bem, pela bancada parlamentar do CDS e que poderiam merecer idênticos protestos. Pois é! São os mesmos procedimentos, é a mesma forma de governar, são os mesmos governos socialistas e é o mesmo PS.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Os dados do voto que eu, aqui, apresentei e que fui acusado pelo Deputado António Toste de serem falsos e de ter mentido a esta Casa...

**Deputado António Parreira (PS):** Eu não disse que eram falsos! Disse que alguns pontos não eram verdade!

**O Orador:** ... e que não denunciou foram os dados que foram fornecidos pelo Governo Regional dos Açores como respostas aos requerimentos do PSD.

**Vozes de alguns Deputados do PSD:** Muito bem!

**O Orador:** Custa-lhe, Sr. Deputado? Tenha paciência!

*(Aplausos dos Deputados do PSD)*

O PS preocupa-se em fazer oposição ao PSD, em fazer oposição aos deputados do PSD, em caluniar os deputados do PSD, quando se deveria preocupar em governar para os açorianos.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!



**O Orador:** Está a faltar essa parte.

**Deputado Berto Messias (PS):** O senhor a falar em calúnia! É preciso ter muita lata!

**O Orador:** Um deputado do maior partido desta Casa também deveria ter outra dignidade, mas cada um fica com aquilo que tem.

**Deputado António Parreira (PS):** Qual é a outra?

**O Orador:** Mais uma vez, e no caso do Laboratório Regional de Veterinária, o Partido Socialista orgulha-se de atribuir a culpa aos outros,...

**Deputado António Parreira (PS):** Assumimos as nossas responsabilidades!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Agora vai!

**O Orador:** ... mas foi o Governo Regional, apoiado pelo Partido Socialista e do Partido Socialista, quem prometeu, no ano 2000, o Laboratório Regional de Veterinária; foi o Governo Regional do Partido Socialista que só o começou a construir no ano de 2009; foi o Governo Regional do Partido Socialista que só concluiu a obra no ano de 2014; foi o Governo Regional do Partido Socialista que lançou os concursos, que escolheu as empresas, que elaborou os cadernos de encargos e que ainda não conseguiu abrir o Laboratório Regional de Veterinária. E ficamos, hoje, a saber que o laboratório não abriu porque choveu e o Governo Regional compensou a coisa com a compra de alimento para o gado. Foi essa a explicação que aqui foi dada pelo Sr. Deputado António Toste.

**Deputado António Parreira (PS):** Não foi isso que eu disse, Sr. Deputado! Está enganado!

**O Orador:** Se os socialistas não percebem o motivo do nosso protesto, os agricultores açorianos certamente o percebem, sobretudo neste tempo de crise,...

**Deputado António Parreira (PS):** Percebemos perfeitamente bem! Estamos em época de eleições!

**O Orador:** ... que é a crise mais grave que afeta o setor leiteiro, das últimas décadas.

Quanto à figura que aqui fez o Partido Socialista e quem falou em nome da vossa bancada, é, de facto, lamentável.

**Vozes de alguns Deputados do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação deste voto de protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS; 19 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Nós vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço, regressamos às 15 horas com a Agenda.

*Eram 12 horas e 56 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos com a Agenda.

*Eram 15 horas e 15 minutos.*

Vamos então retomar os nossos trabalhos.

Quero apenas informar a Câmara, no seguimento de um requerimento do PSD, que foi agendado como ponto 7 uma sessão de perguntas orais que partem de um dos requerimentos do requerimento inicial do PSD, ao abrigo do artigo 182, nomeadamente do seu n.º 3. Diz o n.º 4 do artigo que “ao debate aplicam-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 181, que é o artigo que regula a sessão de perguntas orais, que é uma figura regimental já por várias vezes aqui utilizada”.

Sendo assim, eu vou passar a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

Recordo também que, ao abrigo do 131, o requerente pode fazer a sua pergunta num tempo máximo de três minutos, ao que o Governo Regional responde por cinco minutos. O requerente tem direito à réplica e, querendo exercer esse direito, volta a perguntar sobre o mesmo tema durante três minutos, ao que o Governo responde em três minutos.

Eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado para a primeira pergunta, que se refere a montantes despendidos, desde o ano de 2008, em ações de rastreio das condições de saúde dos professores, pergunta constante do requerimento 481.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O PSD vai utilizar este mecanismo regimental não porque fosse sua intenção fazê-lo, mas pela única circunstância de estarmos perante um Governo Regional

que, sistematicamente, deliberadamente, não cumpre a lei e desrespeita este Parlamento, nomeadamente naquilo que diz respeito a respostas aos requerimentos formulados pelos partidos da oposição.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Neste dia 14 de abril de 2016, o Governo Regional está em falta com 42 requerimentos do PSD, que ultrapassaram os 60 dias de que o Governo dispõe para prestar contas daquilo que lhes é solicitado ao abrigo do Estatuto e do Regimento deste nosso Parlamento.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Faz, hoje, precisamente três anos e um mês que o PSD fez um requerimento que, ainda hoje, aguarda por resposta. Portanto, há uma distância grande a separar o exercício democrático do poder do uso musculado de uma maioria viciada em 20 anos de poder, arrogante, com uma falta de transparência...

**Deputado Berto Messias (PS):** Oh, Sra. Presidente! Por amor de Deus!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Se não queriam ouvir, tivessem respondido!

**Deputado José San-Bento (PS):** Dobre a língua, Sr. Deputado!

**Deputado Berto Messias (PS):** Em democracia as regras são só para nós!

**O Orador:** ... e um inqualificável sentido de impunidade, que a faz julgar-se dispensada do cumprimento do que está legalmente estatuído.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não queriam ouvir, tivessem respondido!

**O Orador:** Não responde aos requerimentos da oposição e isso significa o incumprimento da lei e o desrespeito do Parlamento e isso é sintomático, é um tique dos regimes políticos de longa duração, onde imperam abusos de poder, a prepotência e um indisfarçado sentimento de impunidade.

**Deputados João Bruto da Costa e Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A instituição primeira da nossa autonomia, que é a Assembleia Legislativa, não pode ignorar a indiferença e o desrespeito que o Governo

Regional lhes vota e, portanto, na falta de resposta aos requerimentos, naturalmente que vamos usar este mecanismo regimental.

**Deputado António Marinho (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** O seu tempo está a terminar. Terá que formular a pergunta.

**O Orador:** O Estatuto da Carreira Docente, em vigor na região prevê, e vou citar, “a verificação das condições de saúde e de trabalho de pessoal docente e que, para tal, se realizem ações periódicas de rastreio da competência de médicos credenciados pela Direção Regional competente em matéria de educação”. Há quatro meses, o PSD formulou um requerimento ao Governo Regional a pedir informação sobre estas ações de rastreio e o que, hoje, aqui, pretendemos saber é exatamente apurar essa informação, que, através de um requerimento que nós formulamos, até hoje,...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... não nos foi respondido.

Eu vou acatar, Sra. Presidente, todas as suas indicações sobre a condução destes trabalhos,...

**Deputado André Bradford (PS):** Está a notar-se!

**O Orador:** ... mas permita-me que, neste brevíssimo instante, também possa dizer o seguinte.

A senhora tem toda a razão quando adverte, e, neste caso, faz a advertência ao deputado que está no uso da palavra, relativamente ao cumprimento do que diz o nosso Regimento sobre os prazos e seria bom que esse mesmo sentido de justiça que V. Ex.<sup>a</sup> está a usar, e que é muito legítimo e que é correto, fosse também usado para repreender, para alvitar, para sancionar, para lembrar ao Governo Regional as suas responsabilidades para com o cumprimento do Estatuto e do nosso Regimento.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM) e vozes dos Deputados do PSD:** Muito bem!

**O Orador:** E, portanto, formulo, Sra. Presidente, a pergunta.

Quantas ações de rastreio das condições de saúde do trabalho dos professores foram realizadas desde 2008?

**Deputado André Bradford (PS):** Era só isso?

**Presidente:** Sr. Deputado Joaquim Machado, naturalmente que eu sei quais os mecanismos que tenho ao dispor para poder exercer as minhas funções e também a bancada do PSD saberá, naturalmente, as démarches que eu tenho efetuado nesse sentido.

A pergunta em concreto é referente aos montantes despendidos em cada um dos anos em apreço, nomeadamente desde 2008, ou seja, quanto é que foi despendido nestas ações de rastreio.

A Sra. Secretária Regional tinha pedido a palavra para?

**Secretária Regional Adjunta da Presidência (Isabel Almeida Rodrigues):** Defesa da honra, Sra. Presidente, uma vez que o Governo foi acusado de sentido de impunidade, abusos de poder e prepotência.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Defesa da honra?

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Defesa da honra! Não respondem aos requerimentos e vem defender a honra?

**Presidente:** Tem a palavra. Dispõe de três minutos, Sra. Secretária.

(\*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência (Isabel Almeida Rodrigues):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para defender a honra do Governo, que não pode, de forma nenhuma, rever-se pela postura que tem adotado, ao longo de toda esta legislatura, e que, inclusivamente, está a adotar aqui, hoje, apresentando-se a responder à pergunta oral...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Que remédio!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não podia ser de outra forma!

**A Oradora:** ... que vai ser formulada de outra maneira,...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**A Oradora:** ... não pode rever-se nas expressões escolhidas pelo Sr. Deputado Joaquim Machado para se referir ao Governo, até porque dos 294 requerimentos entrados pelo PSD, foram respondidos 237 e no total dos...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Não é isso que está em causa!

**Deputada Judite Parreira (PSD):** Faltam os outros!

**A Oradora:** ... 560 requerimentos entrados, o Governo já respondeu a 449.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** A obrigação é responder a tudo!

**A Oradora:** Não negando e assumindo que há respostas em falta,...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**A Oradora:** ... como temos sempre feito, assumido que não conseguimos ainda responder com a celeridade desejável,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Desejável e obrigatória! Sessenta dias!

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Não é desejável! É obrigatória! O Governo é pessoa de bem, tem que cumprir a lei!

**A Oradora:** ... não podemos, de forma nenhuma, aceitar as imputações que foram feitas pelo Sr. Deputado Joaquim Machado à bancada do Governo.  
Muito obrigada.

*(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Para as explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Dispõe de três minutos.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O PSD afirmou e reafirma, este Governo é prepotente, arrogante,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... desrespeita o Parlamento,...

**Deputado André Bradford (PS):** Não apoiado!

**O Orador:** ... tem tiques de um Governo que se prolonga no tempo e que é e que faz da sua ação algo menos transparente, que desrespeita a lei e desrespeita este Parlamento,...

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... porque a honra do Governo estaria defendida se V. Ex.<sup>as</sup> respondessem no prazo de 60 dias que a lei vos faculta. Não respondem em 60 dias, em alguns casos, não respondem em dois, em três, em quatro, em cinco, em dez, em doze, em trinta e seis, em trinta e sete meses. Que honra têm para defender? Quem não cumpre esta coisa elementar que é de prestar contas aos representantes mais legítimos do povo dos Açores?

**Deputado André Bradford (PS):** Mais legítimos? Somos todos legítimos por igual! Não são mais legítimos do que a gente!

**O Orador:** Repito: faz, hoje, trinta e sete meses que o PSD apresentou um requerimento que, ainda hoje, aguarda por resposta.

Mas pelas circunstâncias próprias da nossa Agenda de trabalhos, durante a manhã, não podemos discutir um voto de protesto apresentado pelo PSD, que se reportava a um outro requerimento que tem trinta e três meses de atraso! A Sra. Secretária Regional da Presidência ainda ousa vir defender a honra do Governo?

**Secretária Regional Adjunta da Presidência (Isabel Almeida Rodrigues):** Com certeza! E continuarei a defender!

**O Orador:** Mas qual honra? É ou não é verdade que este Governo não cumpre a sua obrigação? É verdade! É ou não é verdade que este Governo não cumpre a lei no que diz respeito a respostas de requerimentos e à disponibilização de informação às oposições? É verdade! É ou não é verdade que em sumula disto tudo o Governo desrespeita o Parlamento? É verdade!



Só dependia do Governo Regional ter respondido a estas perguntas, e a pergunta que, hoje, estou a formular foi feita há quatro meses.

**Presidente:** Agradeço que termine.

**O Orador:** Passaram-se dois meses sobre o prazo que o Governo Regional tinha para responder.

Ficam a Sra. Secretária e o Governo Regional agastados porque, hoje, têm de responder? Essa é a vossa obrigação.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência** (*Isabel Almeida Rodrigues*):

Não, Sr. Deputado! Não ficamos agastados com coisa alguma! Ficámos agastados pela linguagem que o senhor utilizou!

**O Orador:** E por último, Sra. Presidente, para terminar, tenho que dizer mais uma coisa. Não vale a pena invocar a percentagem dos requerimentos respondidos,...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não falei em percentagens!

**O Orador:** ... porque a sua responsabilidade, a sua obrigação é responder a todos e isso os senhores não fazem, porque são arrogantes, prepotentes, pouco transparentes...

**Deputado José San-Bento** (*PS*): É preciso ter lata!

**O Orador:** ... e porque não respeitam a lei e este Parlamento.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para responder à questão formulada, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

*(Burburinho geral)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Apesar de muita parra e pouca uva,...

**Deputada Catarina Moniz Furtado** (*PS*): Muito bem!

**Deputado Luís Garcia** (*PSD*): É sempre a mesma arrogância!

**O Orador:** ... vou responder à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Joaquim Machado e que foi formulada, eu diria, em linguagem desportiva, ao cair do pano, mesmo já em período de descontos.

**Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Não! Foi há 4 meses! Não foi ao cair do pano! Foi há 4 meses!

**O Orador:** Não tenho a notícia...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui é para esclarecer as questões e as matérias.

Sr. Secretário Regional, faça o favor de continuar.

**O Orador:** ... da realização de ações de rastreio do pessoal docente desde 1 de janeiro de 2008, como pretende saber o PSD, por isso mesmo, não há montantes, naturalmente, a apontar. Não significa isto que a região não zele pela salvaguarda da saúde e do bem-estar dos seus funcionários, mais em concreto, dos seus professores, simplesmente, os mecanismos utilizados para a obtenção dos mesmos fins são outros. Entre tais mecanismos, a solicitação de atestados de robustez física e psíquica, à data da celebração do primeiro contrato, e a todos os professores contratados, sempre que registam uma interrupção de vínculo por mais de 180 dias; também quando haja indício da alteração do estado de saúde suscetível de comprometimento do exercício de funções; a verificação domiciliária de doença, mais frequente em casos de ausência mais prolongada; e a realização de juntas médicas pelas delegações de

saúde, após 60 dias de faltas por doença consecutivos, em caso de suspeita de comportamento fraudulento em faltas por doença, ainda em caso de alteração do estado de saúde, inclusivamente devido a perturbação psíquica que comprometa o desempenho das funções. Além disso, anualmente, realizam-se juntas médicas pela junta médica da Direção Regional da Educação, por solicitação dos próprios professores, também por solicitação dos órgãos executivos, perante indícios de incapacidade ou dificuldade de cumprimento total ou parcial das funções letivas.

O resultado destas juntas redonda numa de três situações: na dispensa total ou parcial de funções letivas, substituídas pelo exercício de funções de natureza técnico pedagógica, por um ou dois anos, no intuito da recuperação; na reclassificação profissional para a área técnica superior; ou no simples reconhecimento da incapacidade para o exercício de quaisquer funções, que culmina em requerimento de aposentação.

Através da utilização destes mecanismos, a Secretaria Regional da Educação e Cultura cumpre, na RAA, uma finalidade semelhante à dos rastreios, que consiste em avaliar e, depois, caraterizar os docentes do Sistema Educativo Regional.

É, entretanto, bem sabido que, nos Açores, o Estatuto da Carreira Docente, no seu artigo 148, prevê especificamente a realização de rastreios. Se tal norma não existisse,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor apanhou a filoxera!

**O Orador:** ... seria exatamente a mesma coisa, porque os professores, como todos os trabalhadores portugueses em funções públicas,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Com o senhor é o contrário: é pouca parra e muita uva!

**O Orador:** ... beneficiam da legislação sobre a segurança, a higiene e a saúde no trabalho, que inclui procedimentos vários, também, eventualmente, rastreios.

Se nos Açores, como em todo o país, sob a égide dos governos de todas as cores, não se regista o cumprimento de todas as ações previstas, isso acontece simplesmente por falta de recursos. Financeiros? Talvez. Humanos e técnicos? Seguramente.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto ao Sr. Deputado Joaquim Machado se quer usar do direito da réplica.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Com toda a franqueza, Sr. Secretário Regional, tenho que lhe dizer que isto nem sequer chegou a ser parra, portanto, uvas, nem as vimos.

*(Risos do Deputado Luís Garcia)*

Mas se pretender uma linguagem futebolística, pois, então, parece-me que se trata daqueles casos de um jogador suplente que entra no fim do jogo e que não sabe e nem chega a tocar na bola. E foi isso que o senhor fez. De facto, entrou no fim do jogo, era suplente, essas razões, naturalmente que quem as poderá explicar melhor é o treinador da equipa, e não chegou a tocar na bola. E se, em algumas matérias, quando toca na bola, ela tem ido para os piores lugares, neste caso, não chegou, como diriam alguns jornalistas desportivos, a cheirar a bola. E, de facto, o que o Sr. Secretário Regional acabou por fazer foi reconhecer, seguramente, a razão pela qual não respondeu, nem nos 60 dias, nem nos 120 e tais que se passaram entre a formulação da pergunta e o dia de hoje. Porque, de facto, quando o PSD pede a listagem das ações de rastreio, a resposta era uma folha em branco (era uma folha em branco!), e quando o PSD pergunta quantos

professores, a listagem dos professores abrangidos, que, obviamente, não era o nome dos docentes, era o número de docentes, obviamente, abrangidos por estas ações de rastreio, a resposta seria uma folha em branco e a verba despendida em cada ano civil, desde 2008 até 31 de dezembro de 2015, inclusive, obviamente que a resposta era uma folha em branco e quantos professores estimam serem rastreados no corrente ano letivo, aqui é que a resposta já podia ser diferente. A resposta aqui já podia ser diferente, se o Governo Regional, efetivamente, estivesse na disposição de cumprir o que está estabelecido no Estatuto da Carreira Docente, e o que estabelece o artigo 148 do Estatuto da Carreira Docente não é algo que fique no âmbito da discricionariedade que tem o Governo Regional, mas é a consagração de um direito que os professores têm, numa profissão que tem uma exigência, em termos psicológicos, que o senhor sabe, porque é professor, que sabe tão bem quanto eu, porque na sua família há quem seja professor,...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... que tem uma exigência enorme, do ponto de vista psicológico, que sujeita os professores, no contacto com os alunos, por vezes, a situações que têm a ver com propagação rápida de determinados tipos de maleitas, pela circunstância de nós termos um corpo docente que é maioritariamente do sexo feminino e que, portanto, de onde decorrem circunstâncias ligadas, por exemplo, à maternidade ou àquilo que, na nossa cultura, em termos de acompanhamento de filhos, é prioritariamente feito por senhoras, pelas respetivas mães.

**Presidente:** Tem de formular a pergunta, Sr. Deputado!

**O Orador:** Vou terminar, Sra. Presidente, vou terminar!

E, portanto, tudo isto tem implicações no exercício da carreira docente que, aqui, este artigo 148, vem consagrar um direito à realização de rastreios. E o nosso espanto é que o Governo Regional consagra um direito, no Estatuto da

Carreira, aos professores e depois não lhes faculta a possibilidade de usufruírem do direito e ainda vêm aqui acusar a oposição de ter muita parra e pouca uva. Era o que faltava.

**Vozes de alguns Deputados do PSD:** Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado, não tendo formulado diretamente a pergunta, deduzo que...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Mantenho a pergunta.

**Presidente:** Exato! Mantém a pergunta.

Sr. Secretário Regional, para responder.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo:

É mentira que a Secretaria Regional da Educação e Cultura não zele pela saúde e pelo bem-estar dos seus funcionários, particularmente os seus professores; é verdade que a Secretaria Regional da Educação e Cultura investe na criação e na melhoria de condições de trabalho para os seus funcionários, particularmente para os professores em exercício na RAA. Ainda recentemente, em sede de revisão do Estatuto da Carreira Docente, foi expressamente consagrado o reconhecimento ao desgaste físico e psíquico da profissão docente, no âmbito do direito à dignificação laboral, Sr. Deputado, uma norma pioneira em todo o território português. Por acréscimo, ainda se instituiu o direito à assistência jurídica, em caso de incómodo grave, perpetrado por alunos ou encarregados de educação na relação com as atividades dos docentes.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Para formular a pergunta referente ao número de professores a rastrear no presente ano letivo, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Esta pergunta formulada no requerimento, entregue há mais de quatro meses, era aquela que, na falta do cumprimento do que está estabelecido no Estatuto da Carreira Docente, o Governo Regional podia dar uma resposta positiva, que era dizer que, neste ano letivo, que vai terminar em junho, seriam rastreados um determinado número de professores, mas não o fez. Não o fez nem está na disposição de vir a fazê-lo. Mas, apesar disso, invoca que na recente revisão do Estatuto da Carreira Docente integrou, consagrou determinados direitos aos professores, um deles até de forma pioneira no país, e sobre isso não tenho nada a obstar, a não ser aquilo que a realidade dos factos me leva a questionar. Para quê?

Em 2007, quando, pela primeira vez, a região passou a dispor de um estatuto da carreira docente, no seu artigo 148, escreveu-se, “Para verificação das condições de saúde e de trabalho do pessoal docente, realizam-se ações periódicas de rastreio”, sublinho, “periódicas de rastreio, da competência de médicos credenciados pela direção regional competente em matéria de educação”.

As ações de rastreio nunca se realizaram e, a menos que isso seja uma periodicidade, a periodicidade é zero. E quantos médicos foram credenciados pela Direção Regional da Educação para este fim? Para fazer estas ações de rastreio, que podem ser empreendidas pelas unidades orgânicas? Quantos médicos foram credenciados? Por que é que não foram credenciados?

E, portanto, em face disso, quantos professores é que serão rastreados este ano, para dar cumprimento a isso? Porque de nada adianta haver a consagração de direitos, mesmo que eles sejam pioneiros, porque depois a prática desmente aquilo que os senhores dizem.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Muito sinteticamente, além daquilo que foi dito na primeira parte, e, ao fim e ao cabo, este assunto é o mesmo assunto, não está prevista a realização de ações de rastreio, no curto prazo, nomeadamente no decurso deste ano letivo.

Sublinho uma vez mais que se na região, se no país não cumprem todas as ações nesta matéria estatuídas, poderá não ser forçosamente por falta de vontade, será forçosamente por falta de recursos e, à cabeça de tudo, por falta de recursos humanos.

Todavia, Sra. Presidente, não tenho interesse algum, não creio que alguém possa ter interesse no prolongamento artificial deste número, a minha primeira intervenção já contém os esclarecimentos adicionais que são requeridos por esta segunda pergunta e por isso, um tanto em benefício da persecução dos trabalhos parlamentares, não quero maçar os Srs. Deputados com o exercício de qualquer repetição.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

O Sr. Deputado Joaquim Machado vai usar do direito à réplica.

Tem três minutos, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Também muito rapidamente, porque, de facto, a persecução dos trabalhos podia ser até mais rápida, não havendo este ponto na Agenda, se o Governo Regional tivesse respondido ao requerimento, eu já não digo só no tempo que a lei prevê, é que tivesse respondido. E, portanto, a responsabilidade não pode ser imputada à oposição.



Agora, Sr. Secretário Regional, uma coisa é certa: a autonomia serve para fazermos diferente e melhor, não serve para nos desculparmos com o resto do que se passa no país, e isso pode fazer a diferença toda. É exatamente por isso que, sobretudo na área da educação, onde temos absoluta autonomia para decidirmos os nossos destinos, que muitos professores questionam para que serve a autonomia, porque, em muitas das vezes, ela não serve para melhorar, serve para dificultar, quando não é para piorar.

Termino com esta constatação evidente de que o Governo Regional consagra nos diplomas e introduz nos seus discursos uma consideração e um elogio aos professores, mas que, depois, na prática, os ignora e lhes nega direitos.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Da parte da Secretaria Regional da Educação e Cultura, tudo farei para que os nossos trabalhos parlamentares não sejam dilatados por qualquer culpa nossa no futuro.

Quanto à questão da autonomia servir ou não servir, não, a autonomia serve, a autonomia serve imenso, a autonomia serve para os professores, a autonomia serve para todos os funcionários públicos, fundamentalmente, por exemplo, a autonomia serviu para os professores e para os funcionários públicos não serem tão penalizados quanto os restantes portugueses o foram aquando dos brutais cortes ao rendimento impostos pelo Governo da República.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Terminámos, assim, este nosso ponto da Agenda. Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 8: Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 62/X – “Estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano na Região Autónoma dos Açores”.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luis Neto Viveiros*): Sr.<sup>a</sup>. Presidente, Sr.<sup>as</sup>. e Sr.<sup>os</sup>. Deputados, Sr.<sup>o</sup> Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A água, enquanto recurso fundamental à existência da vida, exige uma gestão responsável, tanto do ponto de vista da preservação da sua qualidade, como no que se relaciona com a segurança de quem a consome.

Nos Açores, as políticas públicas de gestão dos recursos hídricos devem considerar as especificidades insulares e arquipelágicas, como a descontinuidade territorial, o equilíbrio biofísico e ainda a dependência económica de determinados setores produtivos.

A articulação entre as diferentes utilizações da água e a proteção dos ecossistemas assume particular relevância na prossecução duma política pública preventiva, no domínio dos recursos hídricos.

É pois necessário encontrar soluções devidamente ajustadas à realidade das nossas ilhas e aos seus condicionalismos próprios.

No âmbito da gestão dos recursos hídricos, a água subterrânea assume papel de relevo. Esta origem representa, no abastecimento à população e atividades económicas, cerca de 97% das necessidades de água dos Açores.

A utilização criteriosa dos recursos hídricos subterrâneos constitui uma das prioridades da gestão da água nos Açores, e obriga à adoção de soluções devidamente ajustadas à realidade das nossas ilhas, e aos seus condicionalismos próprios.

Neste contexto, apresentamos hoje a esta Câmara a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional, que **estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas, destinadas ao abastecimento público para consumo humano**, e que visa solucionar um problema específico de gestão dos recursos hídricos, conforme passo a explicar:

Atualmente, a delimitação dos perímetros de proteção de captações de águas é **realizada observando as normas estabelecidas na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, (Lei da Água), no Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro, e na Portaria n.º 702/2009, de 6 de julho.**

Como é sabido, o perímetro de proteção de uma captação de água é uma área, contígua à captação, na qual se interditam ou condicionam as instalações e as atividades suscetíveis de causarem impacto negativo no estado das águas, podendo englobar zonas de proteção **imediate, intermédia e alargada**, conforme estão mais próximas ou mais afastadas da captação.

No atual quadro legal, a delimitação das **zonas de proteção imediata** de águas **subterrâneas** (zonas em que todas as atividades são, por princípio, interditas) é feita com recurso ao **método do raio fixo**.

Nos Açores, a aplicação deste método, por mera remissão para uma norma supletiva da legislação nacional, resultou na delimitação de zonas de proteção

imediate com um raio de **30 ou 60 metros**, em função das características do suporte litológico do sistema aquífero em que se encontra a captação.

**Falamos, portanto, de áreas de terreno, interditas a qualquer atividade, que poderão ser nalguns casos cerca de 2.826 m<sup>2</sup> e atingir em outros mais de 11.304 m<sup>2</sup>!**

**Ou seja, estamos perante perímetros de proteção que estão claramente descontextualizados das especificidades das nossas ilhas e sobredimensionados face ao que se exige a nível da salvaguarda da qualidade da água para consumo público!**

Assim, **propomos a aprovação de um regime específico para a Região**, no que diz respeito à delimitação de perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas e de superfície, que **acautela e assegura 5 aspetos importantes**, que passo a enunciar:

**Em 1.º lugar, a proteção inequívoca da qualidade e segurança da água das captações;**

**Em 2.º lugar, a delimitação dos perímetros de proteção com base em critérios geológicos, hidrogeológicos e económicos, e em função das características e condições específicas de cada captação de águas subterrâneas ou de superfície.**

**Em 3.º, a possibilidade do membro do Governo Regional responsável em matéria de recursos hídricos, através de portaria, poder aprovar a delimitação dos perímetros de proteção das captações, identificando as instalações e atividades que ficam sujeitas a interdições ou a condicionamentos.**

**Em 4.º lugar, o ajustamento da medida do raio fixo para delimitação da zona de proteção imediata, passando de 30 (2.826 m<sup>2</sup>) para 20 metros (1.256 m<sup>2</sup>) e de 60 (11.304 m<sup>2</sup>) para 30 metros (2.826 m<sup>2</sup>), o que assegura a adequada proteção dos recursos hídricos, ao mesmo tempo que liberta mais área para o desenvolvimento de outras atividades, designadamente a atividade agrícola,**

que deixam de ser, por princípio, interditas, **passando a ser apenas condicionadas, nos termos estabelecidos para as zonas intermédias;**

Em 5.º e último lugar, a adoção de uma solução que visa o equilíbrio entre as condicionantes ao direito de propriedade e as obrigações que devem competir à entidade responsável pela captação, nos casos em que não exista expropriação, como seja vedar, sinalizar e proceder à limpeza das áreas afetas a zonas de proteção imediata.

Esta solução salvaguarda os interesses dos proprietários que pretendam manter a posse integral das suas parcelas de terreno, uma vez que não é legítimo impor aos mesmos os encargos com a vedação, sinalização e manutenção dessas áreas. Em suma, o que se pretende com esta proposta de decreto legislativo regional é garantir uma relação de equilíbrio entre a garantia de segurança e qualidade das nossas águas e um melhor aproveitamento do solo disponível, tão necessário ao desenvolvimento económico da nossa Região.

Com este relevante instrumento legislativo, asseguramos a preservação dos valores ambientais que muito presamos, garantimos a salvaguarda da qualidade da água que consumimos e contabilizamos essas naturais preocupações com o bom desempenho da atividade económica sustentável que queremos cada vez mais implementar.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista subscreve e vai aprovar este diploma, porque o considera atual, sensato, equilibrado e, sobretudo, defensor daquilo que é um bem comum, fundamental a toda a humanidade, mas também aos açorianos.

E, nos Açores, mais uma vez, se demonstra que nós temos características específicas, que, aliás, decorre de uma evolução, como tantas vezes acontece, que defende as nossas especificidades, começou no Plano Regional da Água, que foi paralelo à aprovação do Plano Nacional da Água, e que agora, no seu objetivo 4 e na medida 9, toma um novo impulso com a aprovação deste DLR, nomeadamente na monitorização das águas subterrâneas.

Como alguns saberão, a água, nos Açores, nos últimos estudos conhecidos,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Na Praia da Vitória!

**O Orador:** ... acaba por corresponder a 1587 milhões de metros cúbicos por ano...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Na Praia da Vitória!

**O Orador:** ... de existência em todas as ilhas, ainda que em ilhas há heterogeneidade e há heterogeneidade resultante não só da própria capacidade de retenção desses aquíferos, como também das questões hidrogeológicas de cada uma dessas nossas ilhas.

Mas também é verdade que este diploma conduz, numa leitura mais específica, para cada uma das nossas ilhas, à sensatez da delimitação de perímetros, quer em termos imediatos intermédios ou mais alargados, e que permitem não condicionar nenhuma das atividades económicas dos Açores, antes pelo contrário, reduzindo exatamente algumas dessas áreas, e sabendo nós também que muitas dessas situações onde a água aparece correspondem, por exemplo, a zonas de pastagem e, portanto, não há aqui nenhuma medida, nenhum número que possa alterar qualquer atividade económica que pudesse, eventualmente, conflitar com o que aqui está estipulado no diploma.

Mas, para nós, este diploma tem também uma nova virtualidade, que é a virtualidade, que, ultimamente, se tem tanto discutido, da nossa autonomia. Eis mais um exemplo, um bom exemplo, pensamos nós, como o Governo dos Açores pode adaptar às nossas especificidades a Lei da Água, que é um diploma e que é uma legislação nacional, de modo a que esta legislação permita que se respeite as nossas especificidades.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que nós estamos em condições de reafirmar que a aprovação deste diploma não é um mero cumprimento das diretivas comunitárias ou da Lei da Água. Para nós, este também é um instrumento importante, um instrumento que nos permite garantir a racionalidade e a sustentabilidade desse recurso hídrico e que nos permite também, mais uma vez, cumprir a nossa autonomia.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Esta proposta de DLR que o Governo nos traz aqui adapta a legislação nacional sobre o perímetro de proteção das captações de água. E, na prática, aliás, como o Sr. Secretário foi referindo, reduzem-se os perímetros das três áreas de proteção, imediata, intermédia e alargada, cada uma com as suas condicionantes, o que faz, certamente, todo o sentido no contexto do nosso território e da nossa condição insular e, aliás, é uma adaptação que os próprios agricultores estão com alguma pressa, digamos, em ver aprovada. Sr. Secretário, estão com alguma pressa, digamos. É hoje que irá ser aprovada, mas a verdade é que já poderia ter sido há algum tempo.

No entanto, e bem, este diploma não estabelece limites rígidos para as áreas de proteção, apenas valores mínimos e máximos, permitindo, assim, a adaptação à geologia e à orografia de cada captação em concreto, o que também esta arbitrariedade aqui, neste caso, parece-nos perfeitamente correta. Julgo que é assim que deve ser e até obrigará, digamos, a uma fundamentação de base científica mais cuidada. Espero que seja isso que venha a acontecer.

Entretanto, temos aqui uma preocupação, e deixava isto ao cuidado do Governo Regional, porque é, certamente, uma preocupação que não é só da Representação Parlamentar do PCP, em sede de Comissão, o Deputado Luís Rendeiro também a referiu, e que tem a ver com a questão da utilização de adubos e fertilizantes e que à qual a Representação Parlamentar do PCP pode acrescentar a utilização de glifosatos,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Poderá utilizar mais sete anos, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... que também sabemos tem uma grande capacidade de penetração no solo e de lixiviação.

E, portanto, deixo-lhe este alerta ou recomendação, ainda que informal, nesta intervenção, para que seja feita uma monitorização específica para este tipo de produtos, até porque, relativamente às análises para a água, há alguns deles que não são tidos em consideração e talvez fosse bom, até para garantir a qualidade da água para o consumo, nós temos, pela região, algumas situações com a qualidade da água para consumo. Grande parte delas derivam, certamente, de redes de distribuição da água já antigas e, eventualmente, também a carecerem e os municípios a carecerem de algum apoio do Governo Regional.

Mas deixava-lhe esta sugestão, esta recomendação, ainda que informal, para que fosse feita monitorização relativamente a alguns produtos utilizados na agricultura e que não fazem parte dos produtos que são avaliados em termos das análises de água para consumo humano, até para perceber muito bem o que é



que se está a passar e o que é que esta medida pode afetar ou não as captações de água para consumo humano.

Muito obrigado.

Entretanto, só para terminar, dizer que daremos o nosso apoio a esta iniciativa do Governo Regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de DLR que estamos, hoje, aqui, a analisar, como já foi dito, visa adaptar ao regime jurídico regional as normas que definem os critérios para a delimitação dos perímetros de proteção que ficam à volta no fundo das zonas onde se faz a captação destinadas a consumo humano, que, de resto, já estavam anteriormente definidas na região, na Portaria 61/2012, e que agora vem rever alguns dos raios do perímetro destas zonas.

Em relação a isso, consideramos a proposta pacífica.

É natural que haja esta preocupação que foi levantada pelo Deputado Aníbal Pires em relação, por exemplo, às contaminações relativamente à atividade agrícola, mas devo dizer que as águas superficiais das bacias hidrográficas, mais importante do que o raio, que é, no fundo, aquilo que estamos aqui a aprovar, a zona de proteção tem muito pouca influência na maior ou menor contaminação das bacias hidrográficas com moléculas resultantes ou compostos ativos resultantes de fertilizantes, como outros químicos que são utilizados na agricultura, porque é uma contaminação muito difusa. Aquilo que eu acho que tem que haver uma preocupação, e que é isso que a nós nos preocupa verdadeiramente, são práticas agrícolas, nomeadamente neste caso que nós sabemos que há um histórico de práticas de adubações excessivas, nem é

propriamente o tipo de adubo que se usa ou dos químicos que se usam, mas uma adubação excessiva, que tem contaminado, por exemplo, a bacia das Sete Cidades, e a prova disso é a eutrofização das lagoas.

Quanto às águas subterrâneas, que estão naturalmente mais protegidas e como o Sr. Secretário disse, e muito bem, são a grande fonte de água para consumo humano, na região, por várias razões, a verdade é que os aquíferos não estão a salvo de contaminação, apesar de bem mais protegidos, e não estão, nomeadamente, e o Sr. Secretário sabe muito bem, por lixiviados lixeiras, que continuam a existir, na região, os lixiviados acabam por contaminar os aquíferos, nós continuamos a ter lixeiras, é um passivo ambiental que este Governo ainda não conseguiu resolver e que são fontes de contaminação dos aquíferos. Por exemplo, em aglomerados urbanos, onde não há uma rede de saneamento básico, como é o caso, por exemplo, da cidade da Horta, onde nós estamos agora, a densidade das fossas sépticas é de tal ordem que acaba por ser também uma fonte de contaminação difusa, provavelmente isso explica os grandes problemas dos níveis de contaminação de água para consumo que tem acontecido na rede pública do Faial.

E, por último, Sr. Secretário, devo dizer-lhe que para o CDS mais importante do que mais um metro ou menos um metro da zona de proteção de captação, aquilo que nos preocupa verdadeiramente são situações como a da contaminação dos aquíferos suspensos e a contaminação já de parte do aquífero basal da Praia da Vitória com hidrocarbonetos.

Muito obrigada.

**Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(\*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD não tem questões técnicas a levantar a cerca do conteúdo e da formulação deste diploma e penso que todas estas questões ficaram amplamente esclarecidas, quer na apresentação do diploma em Comissão, quer aqui, por parte do Sr. Secretário Regional.

As nossas preocupações prendem-se com outros fatores e que têm a ver, não com as alterações que este diploma aqui nos vem trazer, mas com questões como a fiscalização da qualidade das águas e do estado de proteção das captações, porque não basta ter um regime legislativo adequado, e isto é uma matéria que me tem preocupado noutros debates a cerca de outras questões que aqui têm vindo, se não tivermos os meios e a frequência de ações de fiscalização adequadas, de modo a garantir que essas captações de água estão protegidas, que a lei está a ser cumprida, que não há contaminantes, que não há vedações danificadas, que não há um conjunto de coisas que todos nós sabemos que existem e que umas vezes acontecem por desgaste natural do tempo, outras vezes acontecem por atos de vandalismo, outras acontecem por prevaricação, pura e simples, e, portanto, é aí que deve incidir a atenção e os cuidados por parte da governação, porque penso que o ponto fraco do enquadramento legal, quer do anterior, quer do atual, está aí e não nos metros, mais metro, menos metro, do raio de segurança das captações.

E julgo que é na fiscalização que tem que incidir a preocupação, até porque não há um grande número de atividades de fiscalização realizados, não há um grande número de autos levantados, nem há um grande número de contraordenações aplicadas, apesar de sabermos que existem alguns problemas, não generalizados, mas pontuais, e alguns deles, eventualmente, importantes, com a proteção de algumas das captações de água da nossa região, e é aí que deve estar a preocupação: na fiscalização, no cumprimento da lei, seja uma lei mais restritiva, como era a anterior, ou menos restritiva, como é a atual, uma vez que diminuem esses perímetros de proteção.

E, portanto, nós vamos aprovar o documento, entendemos que o problema não está no documento, mas na sua aplicação e na fiscalização das condições a que as captações de água têm que estar sujeitas, quer na sua proteção, quer na qualidade do meio envolvente e na não existência de fatores externos que perturbem essas captações de água e a qualidade das águas de que dispõe a região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luis Neto Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não tendo havido propriamente questões particulares relativamente ao diploma, eu gostava, no entanto, de deixar aqui duas notas, que se prendem com toda esta problemática.

Em primeiro lugar, dizer que, do ponto de vista da utilização dos solos pelos agricultores, tem sido e continuará a ser, naturalmente, sempre política desta Secretaria e deste Governo uma vigilância apertada, sobretudo das práticas que os agricultores desencadeiam nas suas explorações, particularmente nas zonas mais sensíveis. E exatamente por isso está criado um conjunto de apoios, um conjunto de incentivos para aqueles que utilizam, fundamentalmente nestas zonas mais sensíveis, sistemas menos intensivos de exploração do solo e, portanto, o que se aplica exatamente também a estas questões.

Relativamente a toda a problemática que tem a ver com a vigilância, com o controlo da qualidade da água, naturalmente que sem prejuízo de poder existir um ou outro aspeto que é importante melhorar, eu devo dizer que temos uma rede de vigilância muito acutilante e que é coordenada pela ERSARA,

conforme sabem, em cooperação e em perfeita colaboração também com todas as entidades gestoras no âmbito do abastecimento de água às populações. E, portanto, isso também, de alguma forma, nos descansa e os indicadores que temos relativamente à qualidade da água que é fornecida praticamente em todos os concelhos da nossa região, para não dizer mesmo em todos os concelhos, é, de facto, de qualidade elevada e não nos traz preocupações desta natureza, sem prejuízo de obviamente mantermos uma apertada vigilância que garanta esse desiderato.

E apenas uma palavra final à Sra. Deputada Graça Silveira, quando referiu as questões da contaminação dos solos da Praia da Vitória, nós já discutimos, amiudadas vezes, neste Parlamento, esta situação, noutras oportunidades, ainda recentemente, na Comissão, na CAPAT, onde a Sra. Deputada, por acaso, não pode estar por outros motivos, mas esteve o CDS representado, e, portanto, temos, naturalmente, sempre toda a disponibilidade para dar conta do progresso dos trabalhos, da forma como estão a ser feitos e para garantir que a água da Praia da Vitória é também de excelente qualidade.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O Sr. Presidente da Câmara da Praia acha que não!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No que diz respeito a esta iniciativa do Governo Regional, que significa já um retrocesso significativo no âmbito do perímetro das zonas de proteção, nós consideramos, quer no âmbito das captações da água subterrânea, quer no âmbito da captação das águas superficiais, eu, não sendo especialista na matéria, continuo a achar que em algumas situações estes perímetros, estas

áreas são excessivas no que diz respeito a uma ilha com a dimensão da ilha do Corvo e com uma pressão demográfica tão pouco acentuada.

Seja como for, percebo perfeitamente que há aqui uma diminuição significativa em relação à exigência dos critérios que são agora adotados, tendo em conta a pequena dimensão das nossas ilhas, e, portanto, nesse sentido, é preciso também considerar o outro fator, e o outro fator é garantir, de facto, a segurança do consumo destas águas.

Nesse sentido, tendo em conta que considero que há aqui uma posição equilibrada e que, com certeza, o Governo, do ponto de vista da regulamentação das situações específicas, terá esse cuidado e essa moderação, o PPM anuncia que votará favoravelmente esta iniciativa do Governo Regional.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Sendo assim, vamos então passar à votação da proposta de DLR.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de DLR apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Este diploma tem quinze artigos, não houve ou não chegaram à Mesa propostas de alteração. Eu pergunto se os posso colocar à votação conjunta.

Não havendo oposição, estão então à votação os quinze artigos que compõem este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Votação final global: a proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos então continuar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 9 da nossa Agenda: Projeto de Resolução n.º 148/X – “Remoção das algas acumuladas no “Porto Velho”, na vila da Madalena do Pico, e realização de estudo que permita identificar as causas e os efeitos dessa acumulação”. Este Projeto de Resolução é apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Eu estava ao telefone, não faço a mínima ideia do que é que a Sra. Presidente disse.

**Presidente:** Nós entrámos no ponto 9 da nossa Agenda, que é o Projeto de Resolução apresentado pelo BE sobre a remoção...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Posso fazer uma interpelação?

**Presidente:** Pode.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Pedia 15 minutos de intervalo regimental.

**Presidente:** É regimental.

Considerando o nosso horário, regressamos às 16 horas e 35 minutos.

*Eram 16 horas e 18 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos então reiniciar os trabalhos.

*Eram 16 horas e 47 minutos.*

Como tinha anunciado, entramos no ponto 9, o Projeto de Resolução apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Disse-o em sede de Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho, aquando da apresentação desta iniciativa na Comissão, e vou repeti-lo neste Plenário, talvez não haja na história desta Casa uma iniciativa legislativa tão conturbada quanto esta foi no seu processo até chegar aqui. Poderá haver tão mais, é capaz de ser difícil.

Se bem nos lembramos, em janeiro, durante o Plenário de janeiro, mais propriamente de 14 de janeiro, o Bloco de Esquerda apresentou um projeto de resolução sob a epígrafe “Remoção das algas acumuladas no Porto Velho na vila da Madalena do Pico e realização de um estudo que permita identificar as causas e os efeitos dessa acumulação”, na altura, como bem nos lembramos também, vivia-se, desde o final do verão de 2015, perpassando todo o último trimestre e entrando pelo ano de 2016, infelizmente sabemos agora, já em final de fevereiro, início de março, voltou novamente a acontecer uma deposição anómala de algas com um odor pouco agradável para as pessoas, isto já depois da Portos dos Açores e de outras entidades terem removido uma grande, grande, grande quantidade nessa acumulação, mas, estava eu a dizer, esta iniciativa foi apresentada em 14 de janeiro deste ano. Nessa altura, quando nos preparávamos para discuti-la, apareceu o Alex e fomos todos para casa e, então, não houve urgência para ninguém, a urgência era pôr-nos a salvo, digamos, felizmente sem nenhuma outra consequência.



Então, o Bloco de Esquerda solicitou que essa urgência em Plenário fosse transformada numa urgência em sede de Comissão e assim foi, aproveitando para pedir pareceres ao Município da Madalena, à Universidade dos Açores e à própria Portos dos Açores, o que aconteceu, foram dados, fazem parte deste relatório, e, portanto, estamos em condições, neste momento, o Bloco de Esquerda está em condições, neste momento, até levando em consideração a coincidência de todos estes pareceres que referi concordarem com a vantagem de ser elaborado um estudo, que o Bloco de Esquerda propõe que seja feito pela Universidade dos Açores, no sentido de identificar as verdadeiras razões e as consequências desta situação anómala vivida no Porto Velho, na Madalena do Pico, por forma a que se possa fazer alguma coisa no sentido de obviar ou de evitar mesmo que esta situação se volte a repetir.

Tendo esses pareceres favoráveis e tendo também conhecimento, através da leitura do relatório da Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho, que todos os partidos, inclusive o Partido Socialista, aceitam a necessidade e a vantagem deste estudo, parece que não haverá muito mais a acrescentar, a não ser, no caso concreto, no meu caso concreto, que quando esperava que a situação, de facto, estivesse ultrapassada, até porque não é habitual, nesta altura do ano, haver este tipo de acumulações, elas voltam novamente a aparecer, e isso é que já aparentemente não é tão normal, tão usual e daí a premência de que se estude a situação e se perceba o que é que ali está a acontecer, em nome das populações, sobretudo dos habitantes daquela vila, e em nome de todo o bem-estar a que estamos obrigados enquanto entidades também públicas e para o bem público.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

**(\*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** *(Isabel Almeida Rodrigues)*: Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do Bloco de Esquerda sinalizou, e bem, junto da Assembleia Legislativa, um problema que, não sendo novo, não sendo a primeira vez que se registou, uma vez que já, em 2010, tinha corrido na mesma zona um episódio semelhante, mas sem que, contudo, na altura, atingisse a dimensão que atingiu agora, preconiza a adoção de um conjunto de ações por parte do Governo dos Açores que correspondem, aliás, àquela que é a leitura do Governo e, neste momento, àqueles que foram os procedimentos que o Governo foi adotando ao longo deste processo. A verdade é que, nesta situação agora de 2015, este arrojamento de algas se prolongou por semanas, até por meses, desde a primeira hora que se conjugaram esforços, diversas entidades, a Autoridade Portuária, Governo, serviços do Governo na ilha, a Câmara Municipal, no sentido de remover as algas, tarefa que nem sempre foi facilitada, quer pela quantidade de algas acumuladas, quer também muito pelas condições meteorológicas que se verificaram durante um longo período de tempo e tanto que dificultaram essa tarefa, mas que é uma tarefa à qual nos continuaremos a dedicar. No entanto, e como a própria resolução também sinaliza, por si só esse esforço não chega.

Portanto, procedeu-se à avaliação da qualidade das águas, as análises, até agora, têm apresentado resultados bastante bons, no sentido de que as águas são,

inclusivamente, próprias para uso balnear e que não apresentam qualquer perigo para a saúde pública, realizaram-se, em janeiro. Em fevereiro e março não houve, aliás, como a Sra. Deputada acabou de sinalizar, algas, mas elas reapareceram agora, ao que parece, de uma espécie até diferente daquelas cujo arrojamento se tinha verificado no ano passado, portanto, será procedida agora nova colheita para proceder a nova análise e esse acompanhamento será, naturalmente, feito de forma periódica.

Foi também feita a avaliação da qualidade do ar, cujos resultados foram também positivos, no sentido de que não foram sinalizadas quaisquer substâncias em quantidades superiores àquelas que estão definidas nos devidos regimes legais, antes pelo contrário, apresentando quantidades bastante abaixo dos limites definidos. Já este ano foi novamente colocada uma máquina no Porto Velho para se proceder ao trabalho de remover das algas, mas há, de facto, uma questão suscitada na resolução que tem a ver com a realização de um estudo da hidrodinâmica do local, que não será eventualmente o único fator, porque há outros associados, nomeadamente às alterações climáticas, às correntes, que concorrerão para a ocorrência deste fenómeno, mas o Governo entende que é também pertinente proceder-se a esse estudo, porque será um dado acrescido na precessão deste fenómeno.

Estou em condições de informar a Câmara que o estudo foi solicitado à Universidade, no passado dia 30 de março, que, contudo, atendendo à complexidade da matéria, não pode ainda dar-nos indicação de quanto tempo o estudo demorará, ou seja, não temos ainda, da parte da Universidade, indicação de quando é que poderemos receber esses resultados, mas naturalmente que a Universidade, fazendo a avaliação à tarefa complexa que tem pela frente, fará depois também chegar essa informação de quanto tempo precisa para a realização deste estudo.

Penso, portanto, que aqui se trata de uma matéria em que há uma convergência, quer ao nível da preocupação que todos partilhamos com este fenómeno, quer da necessidade de não só adotar as medidas que, em concreto e no local, o permitirão minimizar, mas também socorreremo-nos dos instrumentos que nos possam ajudar a melhor perceber a ocorrência desse fenómeno e, por essa via, perceber também se há outras medidas que podem e devam ser tomadas e este estudo será, com certeza, um contributo, pelo que o Governo dos Açores nada tem a opor à proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, pelo contrário, julgamos que, neste momento, as ações que têm sido desenvolvidas pelo Governo asseguram o cumprimento de tudo o quanto está na parte resolutive da proposta do Bloco.

Muito obrigada.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Grande especialista em algas!

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se é verdade que o PCP vai, naturalmente, dar apoio a esta iniciativa e se até concorda com aquilo que a Sra. Secretária Regional disse, a verdade é o seguinte.

Este problema aqui não é um problema novo, tem vários anos e antes da construção...

*(Aparte inaudível da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)*

**O Orador:** Sim, sim, Sra. Secretária!

... verificava-se já a acumulação de algas, mas a situação que se verificou recentemente, portanto, o ano passado, digamos que atingiu uma dimensão que nunca tinha sido verificada naquele porto e julgo que não é ilegítimo retirar a conclusão de que aquela acumulação de algas, aquela quantidade e forma como elas se acumularam ali decorreu das obras que foram feitas com a construção do novo cais na Madalena e do terminal.

E, portanto, é bom que nós tenhamos consciência disto, porque aquelas obras estão envolvidas com um conjunto de problemas, alguns deles eu já os vou enumerar, mas, independentemente daquilo que se pretende e que pretende esta iniciativa do Bloco de Esquerda, há aqui uma questão que é a seguinte: aquela situação vai continuar a verificar-se e é bom que os serviços de ilha estejam preparados para remover as algas quando elas se voltarem a acumular para evitar que não se provoque o clima que se viveu ou que se vivia na Madalena, que quem visitou e quem passou pela Madalena, naquela altura, sabe bem a que me estou a referir, aquele cheiro nauseabundo que não permitia sequer que as portas das lojas do comércio e de habitação estivessem abertas, tal era a náusea que o cheiro provocava.

E, portanto, é bom que o Governo esteja preparado, que os serviços do Governo estejam preparados para quando voltar a acontecer o problema seja de imediato solucionado, até porque ele efetivamente vai acontecer, até porque eu não acredito que, nesta altura, haja qualquer alteração àquilo que está feito.

Mas a verdade é que nós não podemos deixar de recordar aqui que a construção do porto e do terminal de passageiros tem aqui um conjunto de problemas, desde logo na sua génese relativamente aos atrasos em termos de...

**Deputado José San-Bento (PS):** Sim! Os atrasos!... As algas chegaram naquele momento!

**O Orador:** Não! Mas tem a ver... Não! V. Ex.<sup>as</sup>, vamos lá a ver, não podem, ou melhor, nós não podemos passar por este assunto referindo-nos apenas àquela

situação concreta, não! Aquela situação concreta aconteceu e há motivos para que tenha acontecido e...

**Deputado José San-Bento (PS):** E a lua cheia de dezembro?

**O Orador:** Também, eventualmente! E vai haver novas luas cheias em dezembro e vai haver nova acumulação de algas no porto da Madalena.

Mas aquela obra, para além dos atrasos que já referi, isto para não falar em alguma derrapagem nos custos, que também se verificou,...

**Deputado André Bradford (PS):** Isso tem tudo a ver com as algas!

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, isso está uma amplitude!

*(Pausa)*

**O Orador:** Eu posso, como V. Ex.<sup>as</sup> sabem, elevar o tom de voz e sobrepor-me aos 31 deputados do Partido Socialista, portanto, é como V. Ex.<sup>as</sup> muito bem entenderem. Ou estão sossegadinhos ou ouvem de qualquer maneira.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Isso é uma ameaça!

**Deputado Francisco César (PS):** Se fossemos nós, onde isso já ia!

**O Orador:** Aliás, também no plano urbano deixa muito a desejar aquela obra,...

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, onde isto já vai!

**O Orador:** ... isto para não falar nas funções...

**Presidente:** Sr. Deputado!

**O Orador:** ... para que...

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires!

**O Orador:** Já estou nas funções do porto!

Portanto, há ali um conjunto, aquela obra tem associado um conjunto de problemas que não são só as algas e isto tem de ser dito.

**Deputado Francisco César (PS):** Não tem nada a ver com a obra!

**O Orador:** Tem a ver com a obra, tem, porque a acumulação das algas tem a ver com... Porque a questão é esta: aquela acumulação de algas deveu-se aos erros de construção e os erros de construção que houve também têm a ver com a funcionalidade ou a pouca funcionalidade do porto da Madalena, quer seja ao nível da operação para que foi construído, quer seja ao nível dos estacionamento,...

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires!

**O Orador:** ... quer seja ao nível das manobras com...

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires!

**O Orador:** ... os autocarros.

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires! Já explicou o seu ponto de vista, já todos perceberam, naturalmente terá que se centrar na matéria que está aqui em debate.

**O Orador:** Sra. Presidente, com certeza que eu... O que eu me estou a referir na minha intervenção é aos problemas e a um problema, mas que não é só um, do porto da Madalena.

**Presidente:** Não é este assunto que está aqui em debate.

**O Orador:** Tem a ver com a acumulação das algas, mas tem a ver com o conjunto de problemas do porto da Madalena.

Sim, senhora, Sra. Presidente, eu vou centrar-me na questão que é fundamental. Mas há aqui uma questão que é a seguinte. É preciso saber, e eu pergunto à Sra. Secretária como é que vão resolver este enriço. É porque as algas vão lá acumular-se e como é que vai ser a resposta do Governo para além daquilo que são as sugestões e as recomendações que o Bloco de Esquerda aqui está a fazer? Como é que vão solucionar? Porque as algas vão continuar a acumular-se lá, pelos erros de construção do novo porto da Madalena, e isso acaba por representar mais uma despesa, que não estava prevista, para manter o Porto Velho da Madalena limpo das algas e, sobretudo, para que os habitantes do Pico

e os visitantes do Pico possam respirar um ar que eu não diria impune, mas, pelo menos, que não tenha cheiro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(\*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de dar início à apreciação desta iniciativa, gostava de referir a minha surpresa porque, relativamente a esta matéria, eu vinha até à discussão deste ponto com a convicção de que também este fenómeno que se passou na Madalena, e que será um fenómeno que não é novo e que será recorrente, certamente, também tinha a ver com aquilo que o Deputado Aníbal Pires estava a dizer,...

**Deputado André Bradford (PS):** Ah! Também tem a ver com o estacionamento!

**O Orador:** ... com as obras ali construídas naquela baía, mas não, fiquei tranquilo, porque aquilo, segundo o especialista e Deputado, Sr. José San-Bento, é um problema de lua cheia de dezembro.

**Deputado André Bradford (PS):** Não! É o estacionamento!

**O Orador:** Ora, a lua cheia de dezembro provocou a acumulação de algas três meses antes.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Quando não há nuvens!

**O Orador:** Isto é engraçado.

Bom, Sra. Presidente, agora indo à matéria de facto.

Eu gostava de me reportar à iniciativa do Bloco de Esquerda, começando por afirmar que é uma iniciativa que a bancada do PSD Açores vai aprovar, porque é uma iniciativa que se justifica, é pertinente e se era justificável há três meses,



continua a justificar-se, porque, como disse a Sra. Deputada e bem, o fenómeno parece estar a repetir-se e, certamente, repetir-se-á de acordo com aquilo que há de novo criado em termos de condições de hidrodinâmica na baía do porto da Madalena.

Eu gostava também de relembrar que a primeira versão desta iniciativa do Bloco de Esquerda aparece nesta Casa no dia 13 de janeiro de 2016, mas que no dia 12 de janeiro do mesmo ano, deste mês, também o PSD tinha feito entrar neste Parlamento um requerimento visando as mesmas preocupações do Bloco de Esquerda. Portanto, procurando saber junto do Governo que medidas estavam a ser implementadas ou seriam implementadas no sentido de debelar este fenómeno este problema e de minimizar este fenómeno para o futuro.

Não quero com isto dizer que a iniciativa do Bloco de Esquerda venha a reboque do PSD, nada disso, mas só para também situar os factos de que nós estávamos também preocupados com isso e, em termos de calendário, a nossa iniciativa tinha já dado entrada também aqui.

Depois, referir uma surpresa também no que acontece nesta iniciativa e já depois também da Sra. Deputada Zuraída ter referido a morosidade do tratamento deste processo, até agora, que, num determinado tempo, foi por causa do Alex e, portanto, foi adiado o seu agendamento, mas a minha relativa surpresa em relação a esta iniciativa, e devo dizê-lo com toda a sinceridade, Sra. Deputada, na medida em que a considero uma pessoa extremamente honesta, em termos intelectuais e políticos, e uma pessoa que eu considero muito sob o ponto de vista pessoal e político, sobretudo pela sua verticalidade e pela sua coerência política, e a minha surpresa assenta tão somente numa questão de pormenor, porque tem a ver com o preâmbulo da iniciativa, daquela que deu entrada aqui, no dia 13, e daquela que foi a substituição da mesma iniciativa, no dia 14, e que tem a ver com uma cirúrgica alteração na parte resolutiva, que é pacífica, mas sobretudo com uma alteração no texto do preâmbulo e que,

curiosamente, tem a ver com um aspeto que, embora seja mínimo no plano formal, é revelador no plano político, que é o facto de, no primeiro texto do preâmbulo, do dia 13, a senhora fazer uma série de referências a entidades que estiveram preocupadas, que estiveram envolvidas, umas mais e outras menos, nomeadamente relativamente à autarquia da Madalena e ao seu Presidente da Câmara, a senhora faz referências algo positivas, de alguma forma, com tom elogioso, o mesmo não faz em relação à empresa Portos dos Açores, que fala de passividade na atuação e de alguma ligeira falta de atenção a um fenómeno preocupante que estava a acontecer na Vila da Madalena. E no texto do dia seguinte retira estas componentes dos elogios à Câmara da Madalena e ao seu Presidente e retira também o tom crítico à empresa Portos dos Açores. Eu não percebi bem por quê, poderia perguntar-lhe o que é que se terá passado do dia 13 para o dia 14, mas nem lhe vou perguntar isso, porque eu imagino o que é que se terá passado. Eu imagino que a sua boa vontade, a sua boa-fé em fazer aprovar esta iniciativa, nesta Casa, para que ela pudesse ser consequente, poderá ter levado a que a senhora tivesse procurado alguns apoios para que esta iniciativa fosse aprovada. Isto é aquilo que eu imagino. E como não há seduzido sem sedutor, eu também sei que a senhora possa ter eventualmente sido seduzida por algum sedutor, nesta Casa.

Portanto, não precisa responder o que é que se passou, fiquemos por aquilo que eu imagino.

Bom, o importante é que esta iniciativa seja acolhida por todos os grupos parlamentares, que seja aprovada e que se torne efetiva. Efetiva para o presente e efetiva para o futuro.

Mas, Sr. Deputado Aníbal Pires, eu também concordo consigo, com a sua análise, com a leitura que faz do fenómeno, porque não sendo um fenómeno, e para quem vive no Pico, como eu vivo, há muitos anos, está farto de ver, se não todos os invernos, quase todos os invernos, sargaço naquela zona da fronteira,

na Areia Funda, no Porto Velho e naquela zona em particular, portanto, não é um fenómeno novo.

O fenómeno é novo na medida em que a acumulação, desta vez, foi excessiva e não houve remoção das lagas de forma natural: pelas próprias águas da baía, que era aquilo que acontecia todos os anos. Embora houvesse alguma acumulação e retirada das mesmas por parte de alguns cidadãos, que até procuravam essas algas para as colocar nos seus terrenos, porque é um adubo orgânico muito importante, havia e acontecia a própria remoção das algas de forma natural pela dinâmica que se criava das águas no interior da baía do porto da Madalena. Ora, acontece, e isto também é a minha imaginação e a minha leitura, que depois da construção do contra molhe e do novo ponte cais, que dá apoio aos novos barcos da Atlânticoline, e que está, digamos, intimamente ligada à construção da gare marítima, obras que custaram mais do 22 milhões de euros, que quebraram com a estética da principal porta de entrada na ilha do Pico, que quebraram com a operacionalidade daquele porto, baixaram os níveis de operacionalidade daquele porto e que agora também estão causando problemas ambientais, este é o resultado, digamos, destes investimentos, que também é preciso referir.

Bom, na matéria que aqui interessa em relação a esta iniciativa, importa dizer que, a nosso ver e pela documentação que fomos recolhendo e também por aquela que a Comissão recolheu sobre este processo, a Portos dos Açores, a Câmara da Madalena e outras entidades, outros serviços da ilha do Pico têm vindo a fazer algum esforço na remoção das algas, sempre que o tempo e as condições meteorológicas e marítimas o têm permitido, mas o problema não desaparece nem vai desaparecer enquanto não for feito um estudo aprofundado do que é que se passa naquela baía em termos de hidrodinâmica.

Portanto, a pertinência deste estudo é grande e é atual e vai merecer o nosso apoio. Mas se não quisermos ficar apenas pelas leituras que nós fazemos, eu e o

Sr. Deputado Aníbal Pires, sobre esta matéria de que este fenómeno está intimamente ligado às obras que ali foram recentemente construídas naquela baía, temos, tão somente, um senhor que está reformado, que foi cabo do mar, durante muitos anos, na ilha do Pico, e que, num jornal do Pico, afirmava o seguinte: “Taparam o mar do oeste que entrava pela ponta da Areia Funda e corria até ao velho cais, subia o varadouro e limpava o sargaço. O mar do norte rodava na cabeça do molhe e ia até à costa da Areia Funda, seguindo o mesmo caminho até à beira da água, mas foi tapado por um muro”. Portanto, isto é um velho cabo do mar.

Mas também a professora da Universidade dos Açores, Ana Isabel Neto, no parecer que dá sobre esta matéria, tem um parágrafo final que diz assim: “Deve considerar-se que a recente construção do porto novo teve necessariamente implicações na geomorfologia original do local com consequências a vários níveis, nomeadamente no padrão da circulação oceânica e na associada atividade hidrodinâmica”. Portanto, uma investigadora também a confirmar aquelas nossas suspeitas sobre o que ali se terá provocado alterações com as construções que foram feitas naquela baía e que agora estão causando este problema.

Bom, quanto às diligências da Portos dos Açores, Sra. Secretária, deixe-me também que lhe diga. A Portos dos Açores aqui, como noutras matérias muito preocupantes, também chega tarde, a más horas, de forma negligente e com alguma incúria.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Displicência!

**O Orador:** E digo isto porquê? Porque quando devia, em tempo oportuno, quando os cheiros eram de tal intensidade, até nauseabundos, e estou a falar entre o final do verão até ao final de dezembro de 2015, a Portos dos Açores não mexeu uma palha para avaliar a qualidade das águas e a qualidade do ar naquela zona. Mas fá-lo apenas quando já tinham desaparecido os cheiros

nauseabundos, ou seja, em janeiro. Em 8 de janeiro, é que vai fazer análises à qualidade das águas, e a 25 de janeiro de 2016, é que faz a avaliação da qualidade do ar, quando os cheiros já tinham desaparecido.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** Ora, isto é como se fosse um profissional de medicina fazer o diagnóstico a um doente quando ele já está melhor.

**Deputado André Bradford (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** E, portanto, a Portos dos Açores aqui, mais uma vez, como noutras matérias muito problemáticas e muito sensíveis para a vida dos açorianos, chega tarde, a más horas e de forma negligente.

Por isso, Sra. Presidente e Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, o PSD vai votar favoravelmente esta iniciativa, porque a considera atual, útil e necessária e oxalá que ela seja consequente, que este estudo apareça rapidamente e que também dê as sugestões e aponte a solução para os problemas que ali estão colocados na principal porta de entrada da ilha do Pico.

**Deputada Judite Parreira (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Da parte do PPM, depois das intervenções muito abrangentes do Sr. Deputado Aníbal Pires, da Sra. Deputada Zuraida Soares e também do Sr. Deputado Cláudio Lopes, até com as citações que eu tinha aqui preparado para realizar,...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Que chatice! Tivesse-se inscrito antes!

**O Orador:** ... nomeadamente a situação referente à Universidade, resta pouco para dizer. Concordo inteiramente com tudo o que disse a Sra. Deputada Zuraida Soares, o Sr. Deputado Cláudio Lopes, não concordo com tudo o que

disse o Sr. Deputado Aníbal Pires, porque disse duas ou três coisas corretas, o resto são delírios, mas o que é importante referenciar...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O senhor alguma vez foi ao Pico?

**O Orador:** ... aqui é que a análise política que eu faço desta questão é que o Governo Regional não respondeu com a celeridade necessária a esta questão. A verdade é que este estudo... Porque até a própria Universidade, é preciso referenciar que a Dra. Ana Isabel Neto o que diz é, diz sempre que se deve considerar, que pode implicar, é sempre no sentido condicional. Portanto, não há aqui uma conclusão inequívoca, aliás, não se pode tirar nenhuma conclusão até à realização do estudo.

Portanto, o que temos que aguardar é que, de facto, se encontre uma explicação; encontrada essa explicação, se existirem responsabilidades a atribuir, nomeadamente em relação a quem projetou a obra que teve estas consequências e não fez esta previsão, e não realizou esta previsão, que deveria ter realizado, então aí é evidente que devem ser assacadas responsabilidades ao Governo Regional nesta matéria. Mas considero que isto só deve ser feito depois de o estudo o demonstrar de forma muito objetiva.

Eu devo dizer o seguinte. É importante também que o estudo tenha uma componente, que é a componente prática, porque aquilo que me foi testemunhado por algumas pessoas é que, neste momento, ontem mesmo, os cheiros tinham regressado, e, portanto, esta operação que está a ser realizada da remoção das algas não resolve coisa nenhuma.

Portanto, o problema é que esta questão irá surgir constantemente e é necessário que o estudo contemple um conjunto de operações que tenham que ser realizadas, no sentido de atenuar este efeito.

Como muito bem alguns deputados aqui já referenciaram, este problema não é um problema novo, sucedia em períodos anteriores, não sucedia era com esta intensidade e com esta frequência.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito bem, Sr. Deputado! O senhor realmente tem uma grande capacidade de aprendizagem!

**O Orador:** Portanto, nesse sentido, é necessário que o estudo também considere e que também seja muito claro e muito objetivo em relação às respostas que é preciso dar à população, e o que a população quer saber é: Como é que nós resolvemos este problema?

Em relação à explicação, em relação às causas, é importante, esse diagnóstico é importante, mas o que é importante e o que as pessoas pedem é a resolução efetiva e essa questão, para nós, é a questão essencial.

E por isso, da nossa parte, nós apoiamos esta iniciativa do Bloco de Esquerda, que é uma iniciativa que demonstra que este Parlamento, também o PSD já tinha feito entrar um requerimento em relação a esta mesma matéria, esteve atento, as forças políticas da oposição estiveram atentas, quem esteve relativamente desatento (relativamente não), muito desatento foi o Governo Regional em relação a esta matéria.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(\*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Olha um picaroto aqui a defender a eutrofização!

**O Orador:** E residente no Concelho da Madalena!

Efetivamente, houve uma acumulação extraordinária de algas...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Também já fui muito feliz na Madalena!

*(Risos do Deputado Aníbal Pires)*

**O Orador:** Isso é bom! Isso é bom saber!

**Deputado Graça Silveira (CDS-PP):** Mas com o mau cheiro de certeza que não!

**Deputado André Bradford (PS):** Na Madalena ou com a Madalena?

*(Diálogo entre alguns deputados da Câmara)*

**O Orador:** Não vou interromper...

**Presidente:** Depois deste momento de felicidade, eu pedia algum silêncio para que o Sr. Deputado Miguel Costa possa fazer a sua intervenção.

**O Orador:** E houve efetivamente uma acumulação extraordinária de algas no final do ano de 2015 e não no final do verão, propriamente dito, mais no final do ano e princípio de 2016, e o que é certo é que não é uma situação nova, todos os anos, desde que eu me lembro de existir e de viver naquela terra, sempre houve uma acumulação de algas naquele porto, havia muito mais gente a recolher algas do que há hoje, para as suas culturas, também é verdade, mas este foi efetivamente um evento extraordinário, mas não foi único e aí é que eu julgo que está uma má interpretação, e é natural que não a conheçam provavelmente com o conhecimento de causa que eu tenho, de viver naquele concelho e naquela vila, e que o Deputado Paulo Estêvão também já viveu e foi muito feliz, mas eu relembro e julgo que, se calhar por esquecimento dos deputados da ilha do Pico, nomeadamente do Deputado Cláudio Lopes, só por esquecimento, em 2010, houve um evento exatamente igual, não teve foi a mesma longevidade que este teve,...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Por acaso eu sabia!

**O Orador:** ... durou cerca de dois meses, salvo erro,...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** E foi forte também!



**O Orador:** ... foi muito forte, as águas também ficaram com uma coloração diferente, houve um cheiro também que não se percebia o que é que se passava, a Universidade dos Açores foi lá visitar, as autoridades regionais e municipais fizeram o seu papel e há aqui um pormenor, Sr. Deputado Cláudio Lopes e Deputado Aníbal Pires, é que nem o molhe oeste nem o terminal de passageiros estavam construídos. E, portanto, a ligação à obra cai por terra com este evento que aconteceu em outubro de 2010.

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** É o parecer da Universidade dos Açores, do cabo do mar!

**O Orador:** O que não quer dizer que possa contribuir de alguma forma! Não estou a dizer que não possa contribuir de alguma forma, como acontece em todas as obras.

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** O futuro há de dar-me razão!

**O Orador:** Agora, o que não pode é haver uma ligação imediata entre os eventos que aconteceram, este ano, de 2015 e 2016,...

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Vamos ver!

**O Orador:** ... e aquilo que são as obras efetivamente realizadas naquele porto e que muito melhoraram a operacionalidade.

E, portanto, julgo que há aqui esta ressalva que é preciso ser feita e este esclarecimento e daí a conclusão de não poder haver esta ligação entre a obra e o que realmente se passou.

Todos os anos acontece esta acumulação e posso confirmar que, ainda esta semana, voltou a acumular uma grande quantidade de algas, não só no porto da Madalena: no porto da Madalena, no porto da Areia Larga (eu tive a particularidade de ir visitá-los), o porto do Pocinho, que está completamente atulhado de algas, com características diferentes, já não é bem o sargaço, há outra designação que não sei precisar, mas não é bem o sargaço, porque a alga tem uma dimensão diferente. E eu aconselho ou recomendo que leiam, e posso

facultar se assim estiverem interessados, este estudo feito pela Gestão Integrada de Zonas Costeiras e Marítimas dos Açores, MARÉ, que é um estudo muito interessante, que tem a ver com as comunidades biológicas e marinhas dos sítios de interesse comunitário do canal Faial/ Pico, e aconselho que vejam a página 42, e basta ver esta mancha cor-de-rosa,...

*(Neste momento, o Sr. Deputado mostra um gráfico à Câmara)*

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** É a mancha “cor-de-rosa”!

**O Orador:** ... que envolve os Ilhéus da Madalena...

(Não, o estudo não foi feito pelo PS!)

... e esta pequena mancha amarela é o porto da Madalena.

*(Burburinho geral)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** Posso continuar, Sra. Presidente?

Eu faculto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, logo de seguida.

Esta mancha cor-de-rosa é à volta dos ilhéus da Madalena, o porto da Madalena é esta pequena mancha amarela. Só para lhes explicar que, nesta zona dos Ilhéus da Madalena, acumula-se uma grande quantidade de algas, tem, nomeadamente, mais de 38 espécies de algas, o que também é um bom sinal, é sinal que não há poluição, o que quero dizer com isto é que este fator é determinante para aquela acumulação existir todos os anos, impreterivelmente.

Portanto, o que aconteceu agora foi extraordinário e julgo que é importante esclarecer aqui também que é errado quando se diz que o Governo esteve mal, que a Portos dos Açores foi negligente, é fruto de desconhecimento daquilo que realmente se passou. Eu tive o cuidado de acompanhar a situação por ser

residente naquele concelho, mas também por ser deputado regional e de ter interesse em ver a situação resolvida, porque, realmente, criou um transtorno muito grande à população, e principalmente ali daquele núcleo envolvente ao porto da Madalena, e eu tive todo o gosto em tentar acompanhar a situação o mais possível. Só para lhes explicar que a Portos dos Açores, entre outras iniciativas, consultou a Draga Areias, que mostrou indisponibilidade, porque a extração das algas danificaria o equipamento, isto foi a primeira abordagem. Consultou, inclusivamente, o equipamento disponibilizado pela Marinha, que chegou a ser colocado lá e testado, mas mostrou-se ineficaz. Mais uma iniciativa. Isto tudo desde o final do ano passado até agora. Depois, com o recurso a máquinas, quer do município, quer dos serviços do Governo na ilha, mas que se mostraram também ineficazes dada a sua dimensão reduzida. E depois, finalmente, e agora, sim, com recurso a uma grande giratória, conseguiram fazer a recolha. Essa recolha tem também uma particularidade: só pode ser feita entre marés e quando o mar assim o permite. E há aqui um fator determinante que contribuiu, quer em 2010, quer em 2015, que foi a grande agitação marítima. E se também conseguirem consultar isso junto da Marinha, é fácil de consultar isso, houve uma grande agitação marítima nestes dois anos e num período muito alargado. E, portanto, terá sido um fator determinante para esta acumulação de algas.

Todas estas iniciativas, algumas ineficazes, esta última mais eficaz, realmente resultou numa extração de toneladas de algas, melhorou, mas voltou a acumular agora, nos últimos dias, não só no porto da Madalena, como noutros portos.

Mas ainda mais. Neste momento, está a Portos dos Açores a aguardar um equipamento que já deveria estar a ser testado, esta semana, mas que não foi possível, motivado pela agitação marítima, que toda a gente reconhece que existiu durante os últimos dias, mas é um equipamento também especial de extração de poluentes, neste caso vão testar com as algas e poderá ser essa a

solução para resolver aquele problema no futuro, quando houver grande acumulação.

Mas, como é óbvio, o PS está naturalmente disponível e concorda com a proposta do Bloco de Esquerda, que, aliás, o Governo, entretanto, passado este tempo, já tomou essas iniciativas e o estudo será feito com o nosso apoio, e julgo que é fundamental, até para descansar a população, para descansar aquele problema e resolvê-lo da maneira que for possível. Agora, o que não podemos resolver é aquela acumulação que existe naquela zona e que necessariamente motivará estes eventos, ao longo dos anos, e que é recorrente, não com esta quantidade, com esta quantidade é preciso arranjar os mecanismos para o resolver, mas, acima de tudo, que descanse a população, como foram feitas as análises, quer ao ar, quer à água, em tempo oportuno, que só pode dizer que já não havia cheiro e que a água já não estava com a coloração quem não vive na Madalena, na data em que foram feitas as recolhas, realmente esse cheiro ainda continuava e a coloração também.

Portanto, apoiaremos a iniciativa e agradecemos todas as boas iniciativas que venham a esta Casa para resolver mais um problema que existe nas nossas ilhas. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu quase que temia que antes de terminarmos este debate já tivéssemos dado resposta ao problema e quase que poderíamos chegar à conclusão que não valia a pena estudo nenhum, que, aliás, parece que todos os grupos parlamentares e todas as representações parlamentares estão na disposição de aprovar. Porquê? Porque todos nós, Sras. e Srs. Deputados, cada um de nós terá, com certeza, as suas convicções pessoais sobre o que é que pode ter concorrido para a

anormalidade, digamos, da dimensão e da repetição deste fenómeno de acumulação de algas. Para uns pode ser a lua cheia; para outros pode ser o porto; para outros pode ser a rampa ró-ró; para outros pode ser os detritos da COFACO. Cada um é capaz de ter as suas convicções, o certo é que não temos certezas. Portanto, o estudo é exatamente no sentido de permitir, do ponto de vista científico, haver uma justificação, uma fundamentação e depois disso, deste estudo e, eventualmente, de outros, porque este não responderá, com certeza, a todas as questões, presumo eu, oxalá que responda, mas, se calhar, eventualmente, até terão que haver outros e, se calhar, até pertence, digamos, essa capacidade de os inventariar, à própria Universidade dos Açores, que vai fazer este primeiro. Portanto, vamos primeiro fazer esse levantamento e esse estudo e depois, logo estaremos ainda aqui, porque, entretanto, esta Casa não há de acabar, felizmente, em nome da democracia e dos açorianos e açorianas, e continuaremos aqui para concordar ou discordar com todas as hipóteses que aqui foram levantadas.

Depois, Sras. e Srs. Deputados, dizer também o seguinte. A Sra. Secretária Regional referiu que este estudo já foi pedido no dia 30 de março, tanto quanto percebi, não há uma data prevista da parte da Universidade, ainda, para a sua entrega, aquilo que eu peço ao Governo Regional, na pessoa da Sra. Secretária, em nome do Bloco de Esquerda e, presumo, em nome de todas as bancadas desta Casa, é que logo que o estudo seja disponibilizado ao Governo Regional, ele simultaneamente seja disponibilizado a esta Casa, para nós também podermos acompanhar esse processo e responder também às preocupações que este projeto de resolução inventaria.

Finalmente, dizer ao Sr. Deputado Cláudio Lopes que o senhor fez uma pergunta e deu a resposta. Podemos ver as coisas de duas maneiras, posso responder-lhe com um ditado popular: “O senhor que sabe e eu que sei, cale-se o senhor que eu me calarei”.

Outra resposta possível e esta: aquilo a que o senhor chama sedução, eu posso chamar obrigação de responder em tempo célere e com o máximo de rigor que nos é possível às preocupações daquela comunidade da Madalena do Pico, ao medo que, em algum momento, atravessou também a cabeça daquelas pessoas, do que é que está ali a acontecer, com aquelas coisas estranhas das pratas que ficaram escuras, as pratas da igreja que foram cá postas fora para apanharem ar e apanharam uma oxidação também anómala.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso é da lua!

**A Oradora:** É evidente que isto preocupa qualquer pessoa, porque é o ar que se respira, mas, entretanto, há estudos que dizem que o ar, afinal, está dentro dos parâmetros da normalidade (não temos razões para duvidar dos resultados destes estudos). Portanto, com sedução, com obrigação, o certo é que se algum atraso houve, é que na realidade este estudo foi pedido no dia 30 de março, e bem, pelo Governo Regional, eventualmente poderia ter sido pedido antes do dia 30 de março, porque tudo isto começou a acontecer muito antes do dia 30 de março. Agora, foi pedido, era isso que nós queríamos, portanto, nada mais a acrescentar.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao contrário de muitas outras situações em que, nesta Casa, se propõe fazer estudos e planos para nada fazer, de facto, este problema relacionado com uma acumulação excessiva de algas no chamado Porto Velho da Madalena não tem outra solução se não, efetivamente, realizar-se um estudo para perceber quais são as causas que estão na origem deste desequilíbrio. Obviamente que todos nós sabemos que estas macroalgas chamadas sargaço, ao longo dos anos, era

frequente acumularem-se na rampa de varagem do Porto Velho, mas que a hidrodinâmica daquele Porto Velho permitia a sua remoção. Aquilo que não é normal é elas ficarem acumuladas excessivamente, não serem retiradas de lá e, uma vez de já não estarem no contexto hídrico, entrarem em putrefação, libertando aqueles odores nauseabundos, como já referiu e muito bem o Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem, Sra. Deputada!

**A Oradora:** A questão é que agora a Sra. Secretária, em representação do Governo, vem descansar a população a dizer que isto não é um problema de saúde pública, porque mandaram-se fazer análises ao ar e as análises eram normais. Aquilo que era importante saber é quais foram os parâmetros que foram avaliados, porque eu devo dizer-lhe que, muito provavelmente, se mandasse fazer uma análise a um local onde tivesse lixo em putrefação, as suas análises também teriam valores normais.

Portanto, em relação a questões de saúde pública, estamos conversadas.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem! Grande lição!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Aprenda!

**A Oradora:** A passagem que o Deputado Cláudio falou do parecer da Universidade dos Açores da senhora investigadora que deu o parecer a esta iniciativa não dizia só que a construção do terminal marítimo João Quaresma teve necessariamente implicações na geomorfologia do local com consequências a vários níveis, nomeadamente a atividade hidrodinâmica, como disse mais, e foi a parte que não leu e era importante dizer: que esta alteração provocou claramente o desequilíbrio que resultou nesta acumulação anormal de macroalgas no Porto Velho da Madalena.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ora aí está!

**Deputado André Bradford (PS):** Quem é que disse isso?

**A Oradora:** Mas eu, já agora, pergunto se o estudo de impacto ambiental, que é obrigatório fazer em qualquer projeto,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... que fizeram antes do início da construção deste terminal, se dizia alguma coisa sobre a potencial acumulação excessiva destas algas na zona anexa,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem, Sra. Deputada!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... porque esse resultado era importante terem trazido aqui. Mas não estamos aqui a dizer, “É, pode ser, não é”. O estudo de impacto ambiental, que devia estar anexo a esse projeto, deve dar este tipo de respostas.

**Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** Mais. A limpeza que a Portos dos Açores tem agora levado a cabo, removendo o material acumulado, não pode ser a solução para este problema, porque isto é única e exclusivamente uma solução de recurso, que nós sabemos que é uma solução de recurso, que não podemos deixar aquelas algas ali em putrefação. Agora, eu pergunto: Onde é que estão a colocar esse monte de algas que estão a tirar dali, todos os dias? Os camiões que saem dali? Não me vai dizer que é tudo para adubação! Muito terra tem para adubar com a quantidade de algas em putrefação, porque se o Sr. Deputado Miguel me vier dizer que antigamente levavam as algas ainda frescas para fazer adubação, eu ainda acredito, agora, algas em putrefação, naquela quantidade, que vão todas para a terra, deixe-me dizer que eu tenho que duvidar.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Aprenda!

**A Oradora:** E gostava de saber para onde é que elas estão a ir.

E mais. Quanto é que está a custar à Portos dos Açores este trabalho de remoção contínua desta quantidade anormal de algas.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Grande lição! Mas que grande lição!



**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Em relação à sua mancha cor-de-rosa, Sr. Deputado,...

**Deputado Miguel Costa (PS):** Não devia ser feito? Acha que não devia ser feito? Tem que dizer isso à população da Madalena!

**A Oradora:** Não, é! Eu só estou a fazer-lhe perguntas!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Oiça, que você precisa!

**A Oradora:** Não! Está a ser feito e eu estou a fazer-lhe perguntas, que eram necessárias serem respondidas!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Aprenda, Sr. Deputado, aprenda! Continue, Sra. Professora!

**A Oradora:** Em relação à sua mancha cor-de-rosa, que o Sr. Deputado até se alegrou devido à biodiversidade, queria dizer que não havia poluição, eu devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que os fenómenos da eutrofização que resultam da poluição são exatamente a consequência de um crescimento anormal de algas.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** Portanto, ter um monte de algas à beira do Pico não o pode deixar necessariamente feliz por falta de poluição,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** ... porque é exatamente ao contrário.

Portanto, o que é fundamental aqui é atuar sobre as causas que estão na origem deste desequilíbrio.

Portanto, obviamente que esta iniciativa, que propõe a realização de um estudo que investigue a hidrodinâmica do local é não só pertinente, como justificável. Mas só esperamos que este não seja mais um dos estudos que vai ser arrumado na gaveta e que o Governo Regional depois seja consequente e esteja disponível para introduzir as necessárias alterações...

**Deputado Miguel Costa (PS):** Como é que foi em 2010?

**A Oradora:** ... que são precisas fazer ao Porto Velho para que esta situação passe a ter uma normalidade.

Muito obrigada.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Já chega, Sr. Deputado? É muita matéria para um dia só!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

**(\*) Secretária Regional Adjunta da Presidência (Isabel Almeida Rodrigues):**

Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece que para alguns o grande incómodo é que o Governo vai fazer o estudo e está empenhado em conhecer as causas do problema e em resolver o problema.

Na verdade, se o Governo não fosse fazer o estudo, as intervenções teriam sido exatamente do mesmo teor e com o mesmo entusiasmo. Valha-nos isso!

Quatro pontos apenas para centrar naquilo que me parece que é relevante.

Foi detetada uma situação que, não sendo nova na...

Eu não sei se querem que eu faça uma pausa para poderem terminar a vossa troca de impressões? Entre todos! É todos!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A pergunta é para a sua bancada! Amor com amor se paga!

**Deputado António Marinho (PSD):** Fale para a sua bancada!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Quem está falando são os Deputados do PS!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

**A Oradora:** (Eu sei que o senhor é assim! *Risos*)

Bom, como eu dizia, foi detetada, no último trimestre do ano passado, uma situação que, não sendo nova, o que, aliás, é atestado no parecer, já aqui referenciado, emitido pela Universidade dos Açores, a Professora Ana Isabel Neto refere que é uma situação usual, em determinadas épocas do ano, no litoral dos Açores, mas noutras latitudes do globo também, portanto, foi detetada uma

situação que não é nova, há um registo, em 2010, de uma situação que registou uma dimensão fora da normalidade, mas, ainda assim, aquém daquela que foi registada em 2015 e isso também já foi aqui assumido, e trata-se, efetivamente, de uma situação que se traduziu para a população num profundo incómodo. Independentemente da tranquilidade que nos dão os resultados das análises, porque, acima de tudo, interessava garantir que não estavam em causa problemas ao nível da saúde pública, e foi isso que se procurou garantir com as análises, mas, independentemente disso, não deixa de ser uma situação que causa um grande incómodo e que condiciona a vida das pessoas e não apenas das pessoas que vivem nas imediações, mas das pessoas que se deslocam à ilha do Pico.

Portanto, acho que, relativamente a essa matéria, estamos todos de acordo e precisamente por ter entendido que era uma situação que merecia ser abordada é que, ao contrário do que aqui foi dito, desde o primeiro momento, foram sendo tomadas medidas e essas medidas não foram tomadas pela Portos dos Açores isoladamente, foram tomadas, como também já tive a oportunidade de dizer, em concertação, com um conjunto de outras entidades, entre elas a Câmara Municipal da Madalena.

Agora, a verdade é que estamos perante um problema que não se resolveu com as diversas abordagens que lhe foram dirigidas, mas estamos aqui a assumir isso. Portanto, relativamente a isso, acho que também ninguém tem dúvidas. E precisamente por se entender que é preciso apurar as causas do fenómeno para que se possam adotar as medidas que o minimizem e, se possível até, que o evitem, é que o estudo foi encomendado.

E respondendo ao Sr. Deputado Aníbal Pires quando questionou como é que o Governo vai resolver esta questão, eu tive oportunidade de dizer, na minha intervenção inicial, mas eventualmente o Sr. Deputado não terá estado atento a essa parte,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso é muito provável!

**A Oradora:** ... além de ter elencado o conjunto de medidas que foram já adotadas, cuja referência foi reforçada pelo Sr. Deputado Miguel do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Quando voltar a acontecer, Sra. Secretária!

**A Oradora:** ... referi também que este estudo será um instrumento importante, porque o parecer da Universidade dos Açores diz que efetivamente o equilíbrio do local pode estar afetado e o estudo destina-se a apurar precisamente se esse equilíbrio foi afetado e se há questões da hidrodinâmica do local que devam ser abordadas com um determinado conjunto de medidas que permitirão minimizar ou resolver o problema. Ou seja, Sr. Deputado, ao contrário daquilo que o senhor fez, que apresentou aqui, de modo conclusivo, questões que, neste momento, podem ser apenas invocadas como suposições, eu não vou seguir a sua técnica e não vou afirmar aqui que isto vai ser resolvido desta ou daquela maneira, porque o que se está a trabalhar é no sentido de identificar as medidas que podem ajudar a minorar e a resolver o problema. E penso que é isso que é importante.

Existe um problema, ele foi sinalizado, foi abordado desde o início e iremos mais longe, porque o nosso empenho é que ele seja resolvido na máxima extensão possível.

Muito obrigada.

**Vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

De momento, a Mesa não tem mais inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para lembrar que eu coloquei três questões, às quais nenhuma delas foi respondida...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... e posso repetir: Qual é o destino das algas em putrefação, quanto é que isso tem custado à Portos dos Açores e os resultados do estudo de impacto ambiental, que deviam estar feitos antes do projeto e que pudessem dar indicação deste potencial de acumulação excessiva no Porto Velho.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto de há inscrições.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(\*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência (Isabel Almeida Rodrigues):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

De acordo com a informação de que disponho, quem faz o transporte é a Câmara Municipal e, portanto, não tenho condições, neste momento, de lhe responder.

Não tenho também aqui na minha posse, confesso, o estudo de impacto ambiental que foi elaborado, não tenho presente o teor desse estudo, mas ele está disponível, se não estiver já disponível *online*, está, certamente, disponível nos serviços da Direção Regional do Ambiente e, portanto, é uma questão de se consultar o estudo para poder satisfazer a curiosidade da Sra. Deputada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(\*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, muito obrigado por me ter dado a palavra.

Eu não vou ocupar muito mais tempo sobre esta matéria, porque, em termos de discussão política, ela está...

Diga, Sr. Deputado.

**Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** Peço desculpa.

Sr. Deputado, Sras. Deputadas, Sr. Presidente do Governo:

Peço desculpa. Bem lembrado!

Na verdade, era só para que ficasse muito claro, Sra. Deputada Zuraida Soares, que, quando falei de sedução, falei de dois textos diferentes que ocorreram na entrada de documentos, nesta Casa, no dia 13 de janeiro e outro dia 14. O PSD identifica-se mais com o texto do dia 13, na verdade, porque ele relata mais genuinamente a realidade dos factos, mas está disponível para aprovar o texto do dia 14.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** A resolução é a mesma, não é?

**O Orador:** Portanto, eu também me preocupei em sublinhar a sua preocupação em se deixar seduzir para ver aprovada esta proposta e também deixei aqui sublinhada a minha preocupação nas propostas de sedutor. Foi só isso.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, só para lhe dizer que os resultados desse estudo não são importantes para satisfazer a minha curiosidade, muito antes pelo contrário. Quem pagou esse estudo foi o Governo Regional e se esse estudo não foi capaz de detetar que este potencial existia, o Governo Regional é que tem que exigir à

empresa que lhe fez esse estudo responsabilidades nesta matéria, porque foi feito um projeto, supostamente porque não havia qualquer problema de impacto ambiental, que acabou por acontecer.

Portanto, não é para satisfazer a minha curiosidade,...

**Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** ... mas para que o Governo Regional possa, da forma mais correta, pedir satisfações aos estudos que manda fazer e aos dinheiros públicos que investe.

Muito obrigada.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem! É assim mesmo!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 6h20m.

*Eram 17 horas e 56 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 35 minutos.*

Entramos no ponto 10 da nossa Agenda: Projeto de Resolução n.º 134/X – “Modelo alternativo de transporte marítimo de mercadoria nos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário Regional:

Na Agenda de hoje estavam dois pontos seguidos para o Sr. Secretário do Turismo e Transporte. Ou é esquecimento meu e foi falha minha de não ter anotado na Conferência de Líderes, como é costume, que o Sr. Secretário estaria ausente hoje e muito estranho, tendo dois pontos importantes na Agenda, e com o devido respeito pela Sra. Secretária e por todo o Governo, com certeza, parece-me que tem sido uma regra de sã convivência entre o Governo e o Parlamento e, aliás, até me lembra de algumas vezes se pedir para trocar um ponto de uma terça para uma quinta ou de uma quinta para uma terça, porque o membro do Governo não podia estar presente e queria estar na discussão dos diplomas. Não quero acreditar que seja uma menorização do Sr. Secretário dos diplomas, quer do Bloco de Esquerda, quer do CDS, mas registo que ou foi esquecimento meu, na Conferência de Líderes, ou nós não fomos avisados ou, pelo menos, que o Sr. Secretário estaria ausente destes pontos importantes para este Parlamento.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Fica registada a sua interpelação.

A Sra. Secretária Regional pede a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sra. Secretária.

(\*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência (Isabel Almeida Rodrigues):**

Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Efetivamente, o Sr. Secretário não está presente hoje, porque teve que se ausentar. Foi falha minha, que aqui assumo. O Sr. Deputado Artur Lima sabe que tenho por hábito contactar cada um dos líderes nesta casa,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É verdade!



**A Oradora:** ... informando das ausências que, por vezes, acontecem por imprevistos, como foi o caso. Assumo aqui a falha e lamento qualquer transtorno que isso tenha causado à Câmara.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Fica-lhe bem, Sra. Secretária!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Fica também registada a sua interpelação.

Dou então agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira para a apresentação do diploma.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa região arquipelágica, como a nossa, é absolutamente indispensável que exista uma rede de transportes marítimos eficiente, devidamente articulados e, sobretudo, dimensionados à escala das trocas comerciais entre as Ilhas dos Açores entre si e entre estas e o Continente.

A economia açoriana está estrangulada pelos transportes, sucedendo-se as queixas dos empresários sobre as dificuldades que sentem quanto ao escoamento dos seus produtos, quer da pesca, quer da agricultura, quer da pecuária. Ora, por falta de capacidade de carga, ora porque os horários não estão devidamente articulados, ora porque simplesmente o barco não vem e os produtos perecíveis ficam a estragar-se em cima do cais.

Não temos qualquer dúvida de que um modelo de transportes marítimos que resolva as questões logísticas das mercadorias entre ilhas é seguramente o investimento com maior retorno para a economia da Região.

O atual modelo de transportes marítimos de mercadorias acarreta custos demasiado elevados, que penalizam e comprometem a competitividade das nossas empresas.

**Deputado Francisco César (PS):** Diz a senhora!

**A Oradora:** O Governo Regional dos Açores afirma que o atual modelo, em que a cabotagem insular é realizada por três operadores (a Transinsular, a Mutualista e a Boxline) que, supostamente, fazem o transporte direto do Continente à ilha de destino, é um bom modelo, uma vez que não é pago com dinheiros públicos.

A verdade é que estas empresas que operam nos Açores não são subsidiadas pelo Orçamento da Região mas são, na realidade, pagas pelos Açorianos, no preço a que os produtos chegam às prateleiras dos espaços comerciais.

Uma das grandes virtudes defendidas para este modelo, que é a das mercadorias serem entregues diretamente do porto de origem, quer seja em Lisboa ou Leixões, à ilha destino, nem sequer se verifica neste momento, uma vez que a carga trazida por estas empresas está a ser descarregada no Porto de Ponta Delgada, sendo a cabotagem insular assegurada por apenas uma delas mediante acordos *slot*.

De pouco ou nada servem todos os subsídios, apoios e incentivos, quer ao escoamento dos produtos açorianos, quer à importação de fatores de produção, se a rede de transportes não for capaz de dar garantias de uma resposta eficiente.

E portanto, é de todo o interesse que se realize um estudo de viabilidade económica de diferentes modelos de transporte marítimo de mercadorias que contemple e articule o transporte de carga do Continente para os Açores e a distribuição da carga inter-ilhas.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta, tal como todas as outras, mereceu da nossa parte a melhor atenção por se tratar de um setor de vital importância para os Açores, mas, e digo já, não concordamos com ela e por isso informo a Câmara que vamos votar contra.

O transporte marítimo de mercadorias é de crucial importância para o desenvolvimento de qualquer país. Uma região dispersa como a nossa, composta por nove ilhas e outros tantos portos comerciais, o abastecimento das populações e a exportação dos seus produtos dependem quase exclusivamente deste tipo de transporte.

Nos continentes, existe a possibilidade da combinação do transporte marítimo com o ferroviário e o rodoviário. Este sistema intermodal, eficiente pela sua complementaridade, não está acessível numa região arquipelágica como a nossa, daí a aposta no transporte marítimo ser uma prioridade e até uma inevitabilidade.

Sabemos que existem várias opiniões, sabemos que não somos donos da verdade, sabemos que o atual sistema de transportes marítimos de cabotagem insular não será o melhor do mundo, mas sabemos também que este modelo é o melhor que esteve em prática, até hoje, na RAA.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Valha-nos Santa Margarida!

**O Orador:** Sabemos também que este modelo, embora assente em obrigações de serviço público, insere-se no mercado liberalizado e não tem qualquer financiamento por parte do Orçamento Regional, possibilita o abastecimento de todas as ilhas, de forma articulada, entre as três empresas que prestam esse serviço com regularidade, continuidade, frequência e capacidade.

Sabemos também que este modelo obriga a ligações semanais entre os portos do continente e da RAA, obriga a cumprir horários preestabelecidos, a efetuar no mínimo uma escala quinzenal em todas as ilhas e a garantir tempos de expedição de carga entre a origem e o destino não superiores a sete dias úteis. E mais. Este modelo assegura a continuidade do serviço pelo período mínimo de dois anos.

E por fim, uma questão que, para o Partido Socialista, é muito importante: os preços a praticar são iguais para a mesma mercadoria, independentemente do porto ou ilha de destino. Um contentor de Lisboa para Ponta Delgada ou de Lisboa para a Graciosa ou para as Flores paga exatamente o mesmo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Ah, é?

**O Orador:** O nosso conceito de coesão económica passa também por aí, pela igualdade de oportunidades entre as ilhas; somos também pela economia, mas somos essencialmente pelas pessoas, muito porque não há economia sem pessoas, além disso, não queremos deixar ninguém para trás.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Queremos ter a garantia de toques regulares em todas as ilhas, quer para garantir o abastecimento, quer para exportar os produtos. Queremos garantir o mesmo preço para as ilhas, quer sejam grandes, quer sejam pequenas.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E estes, Sras. e Srs. Deputados, são princípios que não vamos abdicar.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Logo no início da intervenção do Deputado José Ávila e quando o Sr. Deputado José Ávila anunciava à Câmara que ia votar contra,...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Eles vão mudar de opinião!

**O Orador:** ... ao meu lado, a Deputada Judite Parreira disse assim, “Um estudo? Qual é o medo?” e eu achei que o aparte que a Deputada Judite Parreira referiu refletia completamente o comportamento da bancada do Partido Socialista.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Eu vou corrigir ligeiramente e não me vou dirigir ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, porque ele não está presente, mas vou corrigir ligeiramente: não é da bancada do Partido Socialista, porque inicialmente a bancada do Partido Socialista, pelo menos, manifestou recetividade à proposta, mas depois alguém, que não está aqui na Câmara, apareceu na Comissão de Economia,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não é alguém! É o Sr. Secretário Regional da Economia, que não está aqui, foi para as *Smart City 2020*. É muito importante!

**O Orador:** ... que, de uma maneira que eu considero até pouco adequada, consideramos, na altura, pouco adequada, desancou na proposta do CDS de um modo que (agora dirigindo-me a V. Ex.<sup>as</sup>) vos deixou embaraçados,

encalacrados, sem jeito, como se queira, porque a proposta que o CDS aqui apresenta é apenas um estudo. Então, qual é o medo?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Exato!

**O Orador:** O atual modelo, e o Deputado José Ávila referiu e bem, tem virtudes e o PSD identificou, desde o início, e está no relatório, as virtudes deste modelo e a principal das quais é o facto de não consumir recursos públicos. Garante escalas mínimas, é verdade, segundo a periodicidade que foi referida, de 15 em 15 dias; garante o tempo de expedição entre a origem e o destino de sete dias, como foi referido, é verdade, tudo isso é verdade. Mas, Sr. Deputado, o estudo, qual é o medo?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quem é que quer proteger? Diga lá!

**O Orador:** É que não há potencial de melhoria? Não há potencial de melhoria no atual modelo? O PSD entende que todos os modelos têm potencial de melhoria. Dá trabalho? É preciso encomendar um estudo? É preciso equacionar todas as premissas envolvidas? Então, por que não sermos recetivos à proposta da Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, que sugeriu que o estudo fosse a criação de um simulador, simulador esse que equacionasse frequências, número de navios, cargas transportadas a cada momento, a cada ano, rotas e, sobretudo, aquilo que os empresários regionais se queixam, que é o preço demasiado elevado dos fretes entre o continente e os Açores. Srs. Deputados, expliquem melhor qual é o medo; expliquem ao PSD, a esta Câmara e aos açorianos o porquê de rejeitarem a realização do estudo. Acreditam que esse modelo é único? O Sr. Deputado José Ávila disse, “Nós não somos os donos da razão”. Oh, Sr. Deputado, então se não somos os donos da razão, o PSD também não é o dono da razão, nenhum dos partidos aqui presentes se alvora como o dono da razão, então vamos estudar. Qual é o medo, parafraseando a Deputada Judite Parreira? Qual é o medo? Expliquem qual é o

medo. Não vale dizer que o modelo atual é o ideal, porque nem isso os senhores sabem sem estudar as alternativas, obviamente.

Portanto, o esclarecimento que tem que ser prestado a esta Câmara é um: Qual é o medo que o Partido Socialista, não me dirigindo ao Sr. Secretário do Turismo e Transportes, porque já lhes conheço os argumentos que foram aduzidos na Comissão de Economia, argumentos que nós consideramos menos adequados, mas não vou entrar em grandes pormenores porque não está aqui presente, mais uma vez, mas poderá, V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado José Ávila, explicar a esta bancada o porquê da relutância total de poderem ou de podermos estudar as alternativas. Podemos até chegar à conclusão que todas as outras alternativas são piores do que esta, mas, Sr. Deputado, tem que nos dizer por que é que não quer estudar as alternativas. Depois de nos explicar o porquê de não querer estudar as alternativas, naturalmente voltaremos ao debate para esgrimir os argumentos que acharmos mais convenientes.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Espera sentado!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Vítor Fraga está em representação do Sr. Presidente do Governo!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por lamentar a ausência do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... Vítor Fraga, no âmbito deste debate.

Ontem, estive disponível para realizar aqui uma comunicação sem qualquer conteúdo, foi apenas uma operação de propaganda;...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Exato!

**O Orador:** ... hoje, em que estamos a debater diplomas muito relevantes...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Estruturais para a economia dos Açores!

**O Orador:** ... no âmbito da sua tutela, já não está disponível.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E Agenda já estava estabelecida!

**O Orador:** É esta a arrogância que o Partido Socialista e o Governo Regional estão a exemplificar no âmbito desta discussão, como em todas as outras.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Devo dizer-vos que não me surpreende esse tipo de comportamento, essa enormíssima arrogância, porque eu pude presenciar essa mesma arrogância em sede de Comissão, em que o Sr. Secretário Regional estava absolutamente possesso, e os outros membros que assistiram à reunião podem testemunhar como quem diria, o Sr. Secretário Vítor Fraga, mas por que é que eu tenho de estar aqui! Por que é que eu tenho de estar aqui nesta Comissão a explicar estas coisas! Não estou de acordo, pronto!

Portanto, o Sr. Secretário Vítor Fraga é dono desta enormíssima arrogância.

E eu lembro-me que lhe fiz uma pergunta, aliás, está aqui no relatório, eu perguntei-lhe, dizia ele, “Bom, acham que é possível realizar um estudo destes em seis meses?”. O grande especialista dizia, “E acham que é possível realizar um estudo destes em seis meses?”. Bem, e eu perguntei-lhe, “Bom, está aqui a levantar-se um obstáculo em que se perguntou se o CDS estava disponível para aumentar o período em que poderia ser realizado o estudo” e depois perguntou-se ao Sr. Secretário, “Bom, Sr. Secretário, nós podemos aqui considerar e chegar a uma situação de consenso e consensualizar um prazo mais alargado, conforme V. Ex.<sup>a</sup> considerar”. Qual é a resposta que mostra a enorme arrogância? “Eu não tenho nada a ver com isso, isso é o Grupo Parlamentar do Partido Socialista”, quando tinha sido ele que tinha colocado a questão em relação ao tempo diminuto que previa o projeto de resolução do CDS-PP.



Meus senhores, o que aqui está, o que acontece de forma recorrente em todos estes assuntos foi o que aconteceu durante muitos anos em relação ao transporte aéreo, em relação à liberalização do transporte aéreo, foi exatamente a mesma coisa, não se queria estudar, novos modelos para quê, nós temos o melhor modelo, o nosso modelo é o melhor do mundo. Quando chegar a uma situação de desespero, com os outros setores todos da economia a cair, com a SATA a entrar em falência técnica, só aí é que os senhores se lembraram, “Bom, isto já não dá para aguentar mais!”. E é agora precisamente o mesmo género de atitude que o Governo demonstra nesta questão: Estudar para quê? Isto está tudo ótimo! E o que nós verificamos é que os agentes do setor dizem, “Não! Vamos estudar, porque há, de facto, muitas deficiências e há um enorme potencial que não está a ser aproveitado!”. Toda a gente quer estudar, mas há alguém que está fechado e que está a demonstrar esta arrogância enormíssima, que é sempre o Partido Socialista e o Governo, que só mudam em última circunstância, só mudam quando tudo está a cair, só mudam numa situação de desespero.

**Deputado Artur Lima e Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS traz-nos aqui um projeto de resolução que, fundamentalmente, e tem duas alíneas a parte resolutiva, mas na realidade ela resume-se a uma, recomenda ao Governo Regional que realize um estudo de viabilidade económica, de diferentes modelos de transporte marítimo de mercadoria,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Exatamente! Diferentes modelos!

**A Oradora:** ... repito, de diferentes modelos de transporte marítimo de mercadorias, que contemple e articule o transporte de carga do continente para

os Açores e inter-ilhas, portanto, entre as ilhas dos Açores, e que este estudo seja realizado e entregue a esta Casa no prazo de seis meses.

Penso eu, sem querer ser advogada do CDS, que quando alguém manda realizar um estudo sobre qualquer área, neste caso os transportes marítimos de mercadorias, é porque fez um diagnóstico à partida que é, “Alguma coisa está a correr mal”,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Nem mais!

**O Orador:** ... porque se estivesse tudo a correr bem nos transportes marítimos de mercadorias, o CDS só, digamos, por posicionamento na estratosfera, é que poderia trazer uma proposta de estudo. Ora, foi dito aqui também que o atual modelo que existe na nossa região de transporte marítimo de mercadorias tem virtualidades, tem algumas virtualidades. Com certeza, terá, mas basta dizer isto desta maneira, terá ou tem virtualidades para imediatamente se ter concluído, mas também tem constrangimentos. É o que isto quer dizer, a afirmação de que este modelo que está implantado tem virtualidades, mas também tem constrangimentos.

E agora, será que nós andamos todos distraídos e achamos que estes constrangimentos são um mero exercício académico? Sras. e Srs. Deputados, eu acho que basta ver o telejornal, por exemplo, da RTP Açores, noite sim, noite não, emissão sim, emissão não, para ver, sobretudo nas ilhas mais pequenas (e quando digo mais pequenas digo aquelas que não são nem São Miguel, nem a Terceira) para ver produtores de agricultura, produtos agrícolas, carne, pesca e outras mercadorias a dizerem, “A minha mercadoria ficou em terra e vai estragar-se, vou perder centenas, milhares de euros, os meus produtos não foram, porque já não havia espaço para mais carga, os meus não foram porque houve um desencontro entre os transportes marítimos, os meus ficaram...”. Ora bem, Sras. e Srs. Deputados, se é assim, e é assim, nem vale a pena fazer referência a que isso está gravado e que é possível pedir à RTP Açores essas

peças, isto é assim e é assim sobretudo nas ilhas mais pequenas, então é porque alguma coisa está a falhar. Está a falhar tudo? Não, mas alguma coisa está a falhar. O quê? Voltamos às algas, mal comparado, como diria o povo, Sras. e Srs. Deputados, que é: cada um há de dizer alguma coisa. “Não está a dar tudo certo por causa disto ou por causa disto ou por causa daquilo ou por causa daquele outro.” Oh, Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar cada um dar a sua opinião e vamos estudar de uma forma rigorosa, de uma forma transparente, de uma forma planificada, de uma forma fundamentada...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Séria!

**A Oradora:** ... o que é que está a correr mal e de que forma é que nós podemos servir melhor as nossas populações. E isto, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, devia ser uma obrigação quase que inata a quem governa, porque esta região, ela própria, é uma região difícil, é uma região extremamente difícil, não é fácil nem viver aqui, nem governar aqui. Quando falo em Governo, não falo só no Governo Regional, falo nos órgãos de Governo próprio desta região.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É difícil ser oposição aqui!

**A Oradora:** São nove ilhas, com uma dispersão imensa, uma dispersão geográfica imensa, cada uma delas pequena, com uma dimensão territorial pequeníssima, sem dimensão de escala, tudo isto é difícil. Então, se é difícil, quanto mais fundamentada for a aplicação de um modelo, neste caso na área dos transportes, mas poderia ser noutra área qualquer, melhores resultados nós poderemos ter em favor das pessoas e, já agora, melhores resultados poderemos ter em favor de erário público também, porque as coisas quando não são planificadas, projetadas, quando os estudos não são feitos e quando os levantamentos não são feitos, quem paga é sempre o mesmo, são os bolsos dos açorianos e açorianas, quando as coisas se fazem, refazem e “trifazem”, porquê? Porque foram mal feitas à partida.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, na realidade, a Deputada Judite Parreira diz o quê,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Qual é o medo?

**A Oradora:** ... mas qual é o medo? Isto não é uma questão de medo, para o Bloco de Esquerda é uma questão de obrigação. As coisas não estão a correr bem, então vamos tentar perceber, a tempo, onde é que está a falhar este modelo, para o podermos alterar ou se chegarmos à conclusão que não há nada a fazer, porque está tudo feito, mantê-lo.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Agora, pura e simplesmente e lapidarmente dizer que não há estudo, isso, Sras. e Srs. Deputados, para nós, é incompreensível.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do CDS é perfeitamente clara no seu objetivo e vai merecer o apoio da Representação Parlamentar do PCP. Não temos, portanto, nada a opor, embora consideremos que traz aqui associada, eu não diria um perigo, uma questão que, não estando, efetivamente, explícita, estará implícita e que tem a ver com a questão que ciclicamente aparece na Agenda política regional e que tem a ver com a criação das plataformas logísticas. Portanto, penso que não temos dúvidas relativamente a esta questão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não está escrito em nenhum lado!

**O Orador:** Eu sei que não está escrito, mas também sabemos perfeitamente que alguns empresários vêm defendendo a criação de plataformas logísticas e, portanto, na interpretação legítima que o CDS faz destas questões, traz esta questão associada e, portanto, não podemos deixar de, ou pelo menos por parte

do PCP, a referenciar. Aliás, foi objeto, penso que na anterior legislatura, de uma discussão nesta Câmara, aquando da apresentação de um plano pelo anterior Governo Regional e já trazia lá a abertura para as plataformas logísticas e que depois foi alterado.

A questão das plataformas logísticas, é bom que tenhamos consciência disto: elas podem ser duas ou uma. E querendo nós e tendo nós...

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Ou nenhuma!

**O Orador:** Ou nenhuma, mantendo o modelo como está e, eventualmente, introduzindo algumas melhorias.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Já teve!

**O Orador:** Mas eu queria lembrar-lhe, oh, Sra. Deputada Graça Silveira, apenas o seguinte, até porque V. Ex.<sup>a</sup> foi candidata pelo círculo eleitoral da ilha do Faial, é que nessas duas ou só uma, certamente a ilha do Faial ficará excluída das plataformas logísticas.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não diga isso aos açorianos!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Está a lembrar o José Decq Mota!

**O Orador:** Portanto, é apenas para lhe lembrar, Sra. Deputada, não é nenhuma crítica, é apenas para lhe lembrar esta questão.

Portanto, neste momento, ou melhor, se as plataformas logísticas forem criadas, possivelmente o resultado disso é que desaparecem as obrigações dos operadores nos transportes entre os Açores e o continente. Sim, sim. É porque no atual modelo qualquer operador pode entrar no mercado, ficando apenas obrigado ao seguinte, segundo o artigo 5.º do Decreto-Lei 7/2006: “Cumprir itinerários previamente estabelecidos, efetuar ligações semanais entre...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quem é que propõe essa proposta?

**O Orador:** Oh, Sr. Deputado, vai-me desculpar, mas as coisas têm de ser avaliadas de uma forma holística e, portanto, Sr. Deputado, vai-me permitir que eu faça o enquadramento que eu considero que este assunto merece, até porque

é um assunto muito importante para a nossa região e para o desenvolvimento harmonioso que todos queremos para a nossa região. Portanto, vai-me permitir que olhe para isto desta forma.

Mas como dizia, as obrigações são “Cumprir itinerários previamente estabelecidos, efetuar ligações semanais entre o continente e a região e toques, pelo menos, quinzenais em todas as ilhas e que a demora não ultrapasse os sete dias úteis, assegurar a continuidade durante, pelo menos, dois anos, praticar o mesmo valor no frete para cada uma das regiões autónomas e só descontentorizar no porto de destino”.

Portanto, isto até na prática é já um modelo liberalizado aqui com apenas obrigações até muito reduzidas e a região não tem sequer custos, uma vez que é liberalizado, com o transporte marítimo de mercadorias para a região, porque nada paga aos operadores que fazem este serviço, o que permite liberdade para se articularem entre si, com reflexos positivos até ao nível dos preços. Há aqui um modelo, apesar de, na nossa opinião, precisar certamente alguns acertos, mas ele tem servido de uma forma razoável a região.

Há aqui um problema que também não pode ser escamoteado. É que, nos últimos anos, face à recessão económica, houve uma diminuição do volume da carga...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mais uma vez!

**O Orador:** Oh, Sr. Deputado, acho que isto não é nenhum... Há, efetivamente, uma diminuição e isto tem causado aqui alguns constrangimentos, designadamente aos operadores.

Mas dizer o seguinte. O PCP não está fechado e, aliás, já o afirmei, esta semana, a que haja acertos e não está e não tem nada contra o estudo, acho que o estudo deve ser feito, e está aberto a ajustamentos e até a alterações, embora ponha como questões de princípio as seguintes e que eu enuncio já aqui.

Qualquer alteração deve garantir que não há redução de frequência para qualquer uma das nossas ilhas e qualquer alteração que possa vir a ser feita deve garantir uma redução dos custos, mesmo que tenha de haver aqui o pagamento de obrigações de serviço público, deve garantir uma redução dos custos sem com isso sacrificar excessivamente os custos através do financiamento público. Estas são duas condições que o PCP põe à partida para qualquer alteração que eventualmente possa vir a acontecer, num futuro, relativamente ao transporte marítimo de mercadorias para a região, para toda a região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(\*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho que começar não pelo assunto em debate, mas pela parte inicial da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

No início da discussão deste ponto da Agenda e na sequência da interpelação feita pelo Sr. Deputado Artur Lima, eu própria fiz uma interpelação, na qual lamentei, inclusivamente, qualquer transtorno causado à Câmara pelo facto de eu não ter feito, não ter adotado um procedimento que é usual adotar, comunicando da impossibilidade do Sr. Secretário estar presente. Ainda assim, o Sr. Deputado, porque creio que este é agora a sua grande lide para os próximos tempos, é a da arrogância e da dificuldade de ser oposição...

**Deputado André Bradford** (*PS*): Muito bem! E é mesmo!

**A Oradora:** ... na região, entendeu retomar essa matéria.

Eu creio que arrogância seria, uma vez que se trata de uma iniciativa parlamentar, não é uma iniciativa do Governo, o Governo estar aqui ausente e deixar as Sras. e os Srs. Deputados discutirem entre si o assunto,...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Era o que mais faltava!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Isso seria desrespeito!

**A Oradora:** ... coisa que não sei se seria inédita nesta Casa, não, certamente, nos últimos 20 anos.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Orador:** Estou aqui destituída de qualquer arrogância, em legítima representação do Governo, e, atendendo ao tema específico do Sr. Secretário do Turismo e Transportes, para partilhar convosco aquele que é o entendimento...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Acho que é como aquele anúncio: podia ser sem o Sr. Secretário, mas não é a mesma coisa!

**A Oradora:** ... do Governo sobre a proposta que é apresentada.

Aliás, só para concluir, na grande maioria das vezes, os membros do Governo responsáveis pelos temas que estão a ser discutidos, independentemente do autor da iniciativa, têm estado aqui presentes. Portanto, não posso aceitar, Sr. Deputado, compreenda, esta sua referência e não poderia deixar de fazer esta parte inicial da minha intervenção.

Indo agora ao que igualmente interessa, que é a proposta apresentada pelo CDS-PP para a realização de um estudo.

O entendimento do Governo e que, aliás, foi transmitido pelo Sr. Secretário Regional em audição na Comissão, mas que é também partilhado, na generalidade, dos pareceres que estão coligidos no relatório da Comissão, é de que este é um modelo que serve bem a região, é um modelo abrangente e que consagra um conjunto de princípios que são essenciais e dos quais o Governo dos Açores não pretende abdicar. Eles já foram aqui enunciados pelo Sr. Deputado José Ávila, pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, mas não será de mais



sublinhar a continuidade do serviço, a igualdade de custo, o conjunto de obrigações que estão consagradas...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É como o serviço aéreo!

**A Oradora:** ... e que asseguram um tratamento igual para todas as nove ilhas, independentemente da dimensão demográfica e económica e da localização geográfica de cada uma das ilhas.

É um modelo que, precisamente por ser abrangente e pela forma como está concebido, tem também latitude suficiente para acomodar eventuais alterações que se afigurem necessárias e a sua avaliação é obviamente um exercício que o Governo faz em permanência e sempre que sejam identificadas necessidades de introduzir aperfeiçoamentos e melhorias que, como disse, o modelo tem capacidade para acomodar, o Governo cá está, porque o Governo está aqui para servir cada vez melhor os açorianos, mas são os açorianos...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não parece!

**A Oradora:** ... de Santa Maria ao Corvo.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** As queixas dos empresários são só os Deputados desta Casa que ouvem, o Governo não!

**A Oradora:** E, portanto, não se trata aqui, Sr. Deputado Jorge Macedo, de medo, trata-se de...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Receio!

**A Oradora:** ... oportunidade, de necessidade.

Acabamos de aprovar a realização de um estudo que reputamos por muito pertinente e por muito necessário; neste caso, consideramos que o modelo tem um conjunto de virtudes que devem ser acauteladas...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** É como os barcos! Há os estudos bons e os estudos maus!

**A Oradora:** ... e salvaguardadas e é nisso que o Governo está empenhado, como está igualmente empenhado em monitorizar o sistema permanentemente e

aperfeiçoá-lo sempre que seja necessário. Aliás, só a terminar, permita-me que lhe diga, Sra. Deputada Zuraida Soares,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Já diziam isso sobre o modelo de transportes aéreos!

**A Oradora:** ... que não é verdade que haja falta de capacidade de carga no transporte marítimo e como é, aliás,...

*(Apartes inaudíveis)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**A Oradora:** ... reconhecido em alguns dos depoimentos que foram prestados em Comissão, o grande constrangimento ao funcionamento do modelo é a nossa realidade geográfica e as condições meteorológicas a que somos...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não é só!

**A Oradora:** ... frequentemente sujeitos.

Portanto, o Governo, nesta matéria, não acompanha a leitura que o CDS-PP faz, não acompanha a proposta, como não acompanha os considerandos que a fundamentam.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo, lamento informá-lo, mas nós não temos medo de nada.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Quantos são? Quantos são?

**O Orador:** E já agora também queria dizer-lhe que nós tivemos a discutir isto em Comissão e parece-me que o Sr. Deputado ouviu exatamente aquilo que eu

ouvi, das pessoas que foram convidadas para participarem nos trabalhos da nossa Comissão.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Exatamente!

**O Orador:** O atual Decreto-Lei 7/2006, que já foi aqui referido, é a legislação que enquadra o atual modelo, que, apesar de ser virtuoso, como lhe chamou o Sr. Deputado Jorge Macedo, em Comissão,...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Pelo facto de não consumir recursos públicos!

**O Orador:** Pelo facto de não consumir verbas do Orçamento regional, entre outras coisas.

Mas o Sr. Deputado, na primeira parte das reuniões que nós tivemos, que foram durante dois dias, tinha um comportamento que me levava a acreditar que o Sr. Deputado ia votar como eu aqui, hoje.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** *What?* O que é que o leva a concluir isso?

**O Orador:** Mas, não sei ainda, mas eu estou a ficar preocupado. Sinceramente, estou a ficar preocupado.

Mas o Sr. Deputado chamou a este modelo o modelo virtuoso.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Virtuoso porque não consumia recursos públicos!

**O Orador:** Exatamente!

Relativamente a esse assunto, acho que estamos conversados, nós também achamos que é e também pelas mesmas razões, porque serve bem os açorianos muito embora nós já reconhecemos que é um modelo que carece de algum aperfeiçoamento, porque estas coisas são perfeitamente dinâmicas.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Mas primeiro é preciso fazer o estudo!

**O Orador:** Mas também isso foi dito por vários convidados dessa Comissão, que a introdução de melhorias no atual modelo não significa de maneira nenhuma alterar o quadro legal, que, eu repito aquilo que já disse há bocadinho,

é favorável à coesão regional, e parece-me que aqui não há ninguém que não defenda a coesão regional.

Bem sei que esta iniciativa propõe só um estudo, é isso apenas que esta proposta contém, mas o problema é que se baseia em pressupostos errados. A proponente...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Qual é?

**O Orador:** ... afirmou que o modelo atual era um garrote à economia e que não funcionava bem. Isso foi precisamente tudo ao contrário do que as pessoas disseram quando estiveram na Comissão e eu aqui vou reconfirmar. Em sede de Comissão foi dito por várias pessoas ou entidades ouvidas que o modelo atual era bom, foi assim, que é precisamente o contrário do que a proponente diz. Houve, inclusivamente, quem o classificasse como o melhor que tinha aparecido até hoje. Houve também quem afirmasse que, apesar de todos os dias, na sua atividade, estudar alternativas, não tinha encontrado ainda nenhuma melhor do que esta.

O modelo atual, como já se disse aqui, não tem custos para o Orçamento e por isso a tal classificação de virtuoso.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah! Os senhores só se preocupam com o dinheiro dos outros!

**O Orador:** Um contentor de 20 pés chega do continente às ilhas pelo mesmo preço e no percurso inverso por menos de metade do preço, o que quer dizer que este modelo incentiva as exportações. É muito importante também este fator.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Outras soluções já sugeridas, nomeadamente na comunicação social, oneram em muito, em vários milhões de euros, e das duas, uma, ou injetamos dinheiro do Orçamento ou então aumentamos o custo do transporte, porque aqui, meus amigos, não há milagres.

Os transportadores marítimos, com esta operação, conseguem ter margens de negócio sensivelmente iguais ao que se passa no mercado internacional. Com este modelo, o custo real do contentor é mais favorável continente/Açores do que se for Açores/continente, o que quer dizer que é necessário introduzir aqui um fator de correção no continente/Açores, para se manter a menos de metade do preço o percurso Açores/continente, que era para proteger as nossas indústrias...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Indústrias? É a indústria da Graciosa!

**O Orador:** Conclui-se, assim, que, para além das virtudes já inumeradas, este modelo é globalmente incentivador das exportações, não penalizando a competitividade das empresas regionais face às congéneres continentais, garantindo, assim, postos de trabalho e a distribuição da riqueza, ao contrário do que é dito no preâmbulo desta proposta.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Marinho, pede a palavra para?

**Deputado António Marinho (PSD):** Para uma interpelação, Sra. Presidente, para pedir um intervalo de 30 minutos.

**Presidente:** É regimental e considerando o nosso horário vamos também interromper os nossos trabalhos por hoje, regressamos amanhã às 10 horas.

*Eram 19 horas e 22 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo orador

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Pedro Miguel Medeiros de Moura**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas**

**Humberto Trindade Borges de Melo**

*Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)*

**Artur Manuel Leal de Lima**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

*Partido Socialista (PS)*

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

A redatora: *Sónia Nunes*